Reunião de 16/10/2023

ATA N.º 18/2023

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS REALIZADA EM DEZASSEIS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

---- Aos dezasseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila de Nelas e edifício dos Paços do Município, reuniu pelas quinze horas, a Câmara Municipal de Nelas, em reunião ordinária, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Joaquim Augusto Alves Amaral, estando presentes no Salão Nobre, o referido Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, Fernando António Pais Silvério, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Aires Manuel Antunes dos Santos, Rui Pedro Silva Marques e Ricardo Manuel Salvador Borges. ----------

SITUAÇÃO FINANCEIRA

---- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia 13 de outubro de 2023, que apresentava os seguintes saldos: Total de disponibilidades da Câmara Municipal: 1.918.382,08 euros (um milhão novecentos e dezoito mil trezentos e oitenta e dois euros e oito cêntimos); - De operações orçamentais: 1.456.937,00 euros (um milhão quatrocentos e cinquenta e seis mil novecentos e trinta e sete euros); - De operações não orçamentais: 461.445,08 euros (quatrocentos e sessenta e um mil quatrocentos e quarenta e cinco euros e oito cêntimos). ----------

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O Senhor Presidente da Câmara, Joaquim Augusto Alves Amaral, cumprimentou todos os presentes. Cumprimentou, naturalmente, a Senhora Vice-Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores. Agradeceu-lhes a sua presença. Cumprimentou também, naturalmente, o Distinto Público, hoje numa proporção de paridade muito favorável ao que é o poder feminino. Agradeceu-lhes a sua presença também. Afirmou que era bom ver, quer caras habituais, quer caras novas, que é sempre um gosto receber nas reuniões de Câmara. E também ao cavalheiro que apareceu agora. Agradeceu-lhe a sua presença. E, naturalmente, agradecer à Senhora e ao Senhor Colaboradores do Município por todo o apoio prestado para a realização em pleno desta reunião de Câmara de hoje, reunião ordinária do dia 16 de outubro de 2023. De seguida, deu conhecimento da situação financeira da Autarquia, já descrita no ponto anterior. Entrando no Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente afirmou que tinha algumas anotações antes das intervenções dos Senhores Vereadores, muito rápidas e telegráficas, para ver se hoje consegue fazer em 10 minutos. Começa pela Feira Medieval e, naturalmente, dizer que é com grande regozijo que, uma vez mais, tivemos mais uma Edição, a 31.ª, da Feira Medieval, que já existe desde 1993, a sua primeira Edição e que, uma vez mais, se alcandorou como um dos Eventos maiores da promoção territorial do nosso Concelho, com a presença de muitos visitantes, com uma panóplia grande de participantes, com um forte Movimento Associativo da Freguesia de Canas de Senhorim. E, naturalmente, toda a gente que nos visitou e dos espetáculos que nós tivemos, da Ceia Medieval, da presença da televisão em espaço adjacente que não na Feira Medieval, num espaço para não desvirtuar. E, ele, Senhor Presidente, diria que, sem dúvida alguma, o Evento maior da promoção do nosso território.

Portanto, felicitar e dar os parabéns à Organização, com o apoio forte também na colaboração efetiva da Câmara e da Junta de Freguesia e de tudo que é o Movimento Associativo e à Comunidade de Canas de Senhorim que promoveu este Evento a um patamar de excelência, como é habitual. Portanto, fica aqui o Louvor também a toda a Organização e este diferenciar pela positiva, como tem que ser feito, um Evento grande, de grande repercussão, de grande mediatismo e que a todos nos enche de orgulho e regozijo. Dizer ainda também que o dia de ontem serviu também para invocarem um dia menos, uma tragédia que nos assolou em 2017, os grandes incêndios de 2017. E, dessa maneira, também, de alguma forma, relembrarmos e invocarmos o momento que nos assolou em 2017, além de que teve também uma perda humana, que também relembramos hoje tudo o que é a parte patrimonial. Infelizmente, são questões que vão fazendo parte do quotidiano e dos anos e as alterações climáticas e os anos que vamos tendo cada vez mais complexos. Tivemos uma semana que passou, verdadeiramente, com temperaturas para cima dos 30 graus em outubro, que é uma coisa, o outubro que pode, de vez em quando, ser quente e tem o Diabo no ventre, como diz o adágio, mas não deixa de ser importante invocarmos isso e também as pessoas que tiveram perdas grandes, inclusivé, perdas humanas. Falar também da homenagem, mais uma e justíssima, também ao nosso Jovem, sempre Jovem, ao eterno Jovem Cristiano Pereira, que foi, devidamente, reconhecido pelo Município, quer com a Medalha de Mérito Municipal, quer através da atribuição que lhe fizeram, ainda este ano, de Embaixador do Concelho e de todos os Louvores e encómios e Agradecimentos e Reconhecimentos, que temos feito inúmeros aqui nas reuniões de Câmara e não só e desta vez na sua Terra e muito bem, uma homenagem singela e sentida, para a paridade, para um Jovem que muito nos honra, que muito nos orgulha, no que é o seu constante superar de desafios e de obstáculos e sendo ele um Corredor de Fundo, de Meio Fundo e de Fundo, simboliza isso mesmo, que é o que ele faz na vida. Vai superando os obstáculos, vai superando as adversidades e vai-se afirmando. E, portanto, uma vez mais, deixamos aqui uma felicitação grande em boa hora à Junta de Freguesia que quis promover esta homenagem. Também, naturalmente, à Fundação que se associou, à Câmara Municipal de Nelas e a todos quantos, Particulares, Entidades, Artistas, que se associaram a um monumento de grande relevância e que se irá constituir como de paridade para sempre e imperecível a este nosso Jovem Municipe. Dizer ainda, no que concerne a acontecimentos recentes, o Executivo esteve presente no XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses onde a Delegação de Competências esteve na Ordem do Dia, mas também duas questões. A partir de 1 de janeiro de 2024, a ADSE será finalmente comparticipada, portanto, em sistema de regime parecido ao que é hoje o da Administração Central, o que, de alguma forma, é uma boa notícia para as Câmaras porque lhes retira alguns dos encargos grandes que tinha com os encargos da ADSE. Dizer ainda que estava também em cima da Mesa, na Educação, o reforço da verba para a Candidatura para a Requalificação das Escolas Sede, neste caso no Município de Nelas, a Escola Sede de Nelas e de Canas de Senhorim. E dar aos Senhores Vereadores também nota de que ficou também uma Moção, que foi aprovada por unanimidade, de recuperar o valor que é da comparticipação de 24,5% em relação ao período antes da Troika, que o valor ainda não foi, completamente, reposto e é bastante significativo e no que são as Contas Públicas, Contas das Câmaras e os contributos das transferências é bastante significativo. Deixar ainda também um Agradecimento e Reconhecimento aos nossos Atletas, desta vez a um também Jovem, que também serão sempre Jovens, ao Nelson Santos, que se sagrou Campeão Nacional de Trail UItra Endurance XL, que tem a ver também com o fator das idade e os escalões têm a ver com a própria idade. O Nelson costuma ter alcançar estas proezas dos títulos nacionais e mesmo nas competições mundiais, como eles já aqui falaram em anterior reunião, ficar sempre bem posicionado na tabela de cima, nos 15, 20 primeiros, mesmo a nível mundial. E, portanto, fica aqui mais um Agradecimento e Reconhecimento ao Nelson Santos. E, ele, Senhor Presidente, diria mesmo um Voto de Louvor se também o Executivo se associar a isto, tanto ao Nelson Santos, como ao Cristiano e à Feira Medieval. Depois, tem aqui ainda uma questão para pôr em cima que é do Aldeias em Festa. Depois, a Senhora Vice-Presidente, se não se importar, fala-lhes um pouco sobre isto. E, ele, Senhor Presidente, terminaria com uma proposta que gostariam de

levar a efeito, já a partir do próximo mês, com a descentralização das reuniões de Câmara pelas Freguesias do Concelho, a última reunião de cada mês. Naturalmente, estará que vir a proposta para ser um Aditamento ao Regimento. Mas também só para dizer aos Senhores Vereadores e ouvir a sua também opinião. Eles têm aqui a questão técnica que estão ainda a burilar, mas é possível fazê-la de uma forma para já experimental e depois ir avançando uma reunião por mês em cada uma das Freguesias, excetuando Nelas porque, em abono da verdade, já cá fazem as outras. E continuam a fazer a parte do Estudo Técnico também para fazerem depois através de videoconferência também as reuniões de Câmara numa fase posterior. Faziam, para já, a descentralização e faziam já isso e avançariam para outra solução. Diria que sobre a questão das Aldeias em Festa, agora deixava a palavra à Senhora Vice-Presidente, que, naturalmente, fica aberto aos contributos, às sugestões e aos comentários dos Senhores Vereadores. Deu a palavra à Senhora Vice-Presidente, Elsa Rodrigues. ----------

---- A Senhora Vice-Presidente, Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Cumprimentou o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores, o Estimado Público e os Senhores Funcionários do Município. Afirmou que as Aldeias em Festa surgem no âmbito do Projeto Aldeias de Portugal para o qual as Termas da Felgueira foram classificadas e o objetivo destas Aldeias em Festa é em cada uma das cinco Aldeias haver, anualmente, uma Festa em que se reúnem todas as outras Aldeias classificadas e levam a essa Festa o que é seu, algo que as identifique, produtos identitários. E, neste ano, irá acontecer na Barranha, que é uma Aldeia de Aguiar da Beira, em que nós iremos, nós, os Parceiros associados a este Projeto, que é a Associação das Termas da Felgueira e as duas Juntas de Freguesia, Nelas e Canas de Senhorim, iremos levar à Barranha diversas atividades, entre as quais os Mercadinhos, Exposição de Fotografia, Workshops com uma das nossas Artesãs, uma Taberninha com venda de produtos, nomeadamente, licores, os bolinhos de azeite, etc. O artesanato também vai estar representado com os Workshops que já mencionou. Irão também levar uma canção feita pela nossa Escola de Música, que é a Canção das Vindimas, entre outras coisas. E isto acontecerá nos dias 9 e 10 de dezembro, que é o Dia das Aldeias em Festa. E este Projeto depois é replicado às outras Aldeias que fazem parte do Projeto, nomeadamente, às Termas da Felgueira, com data a determinar. Era só. Agradeceu ao Senhor Presidente. ----------

---- O Senhor Presidente agradeceu à Senhora Vice-Presidente. Pediu aos Senhores Vereadores que quisessem, por favor, inscrever-se. Deu a palavra ao Senhor Vereador Aires Santos. ----------

---- Antes da intervenção do Senhor Vereador Aires Santos, a Senhora Vice-Presidente, Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, informou-o que as cinco Aldeias eram: Barranha, em Aguiar da Beira; Esmolfe, em Penalva do Castelo; Quintela de Azurara, em Mangualde e Castelo, em Satão. ----------

---- O Senhor Vereador Aires Manuel Antunes dos Santos cumprimentou o Senhor Presidente, os Caros Colegas e o Estimado Público. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou que trazia aqui umas notas. Ia, se calhar, começar por onde o Senhor Presidente abordou e muito bem. Falaram aqui da Feira Medieval. Portanto, a Feira Medieval de Canas de Senhorim, este ano, também mercê do tempo, embora foi também um bocadinho mais, o tempo foi um bocado excessivo, o calor, mas permitiu que viessem milhares de pessoas assistir à nossa Feira porque, como o Senhor Presidente disse e muito bem, já tem 31 anos. Portanto, nós, muitas vezes, temos que responder também com alguma verdade e alguns conteúdos com os anos que nos obriga também a valorizar a Feira Medieval. O

Associativismo também acaba por ser sempre a alavanca fundamental e as Escolas. A Autarquia teve um papel também fundamental porque é lógico. E este ano, também para fomentar um pouco também as suas tradições e também as suas origens, a RTP também deu um bocado, ou quase um input à Feira porque conseguiu associar-se ao movimento da Feira e ao que envolve a Feira e não só nas suas potencialidades da Região, ocupando um espaço que não tivesse intervenção direta da Feira, mas também que valorizasse a História dos Lugares. Foi, desta vez, que, então, se escolheu e muito bem, o Casal, porque considera-se que o Casal é o Berço da Nacionalidade da Vila de Canas de Senhorim. E, num espaço que ninguém imaginava conseguiu-se criar ali um cenário muito interessante e veio dar vida a um espaço que tem História, tem Cultura e tem Tradições e foi muito importante nesse aspeto. Gostou também de todas as entrevistas que foram feitas, porque vieram, uma vez mais, potenciar o que nós temos aqui e muito bem, desde a Gastronomia, às Artes, à Cultura, o Associativismo, a própria dinâmica da Feira porque, por exemplo, as gravações começaram na Feira no dia anterior, com a Ceia Medieval porque é algo que marca muito positivamente a Feira porque, muitas vezes, a Feira são os mercados e tem muito reboliço e a Ceia Medieval tem um pouco as tradições das comidas da época, conforme faziam, os costumes e as tradições e também o comportamento dos convivas. O espaço é ótimo porque os Claustros, acha que, quando um dia forem impedidos de fazer a Feira nos Claustros, têm dificuldade a dar um cenário excelente à Feira. O Senhor Presidente também foi convidado e muito bem. Também deu um pouco a conhecer mais a realidade do nosso Concelho, embora, como o Senhor Presidente diz muitas vezes e bem, é uma questão de bairrismo. É como ele, Vereador Aires Santos, diz, é o Paço que é seu Bairro e eles têm um belo Carnaval, é o melhor Bairro. Porque ele é do Paço. É mesmo assim. Mas o Senhor Presidente voltou a referir e muito bem, que temos o melhor Vinho do Dão. Mas ele acredita que temos muito bons Vinhos do Dão. Às vezes, um bocadinho de humildade é bom, mas também a vontade de ir mais longe também é interessante, como os melhores Vinhos do Dão. O melhor Vinho do Dão e o melhor Vinho do Mundo. Mas, para isso, também pedia ao Senhor Presidente uma coisa que é simples e quem nos visita e passa já o chamou à atenção: A Rotunda da Vinha não foi vindimada. Ainda lá tem as uvas. Agora, não sabe se é para uma colheita tardia, que também dá bom vinho. Nota-se, mas para termos um bom vinho, temos que o cuidar. Ele, há muitos anos, quando entendeu o que era a colheita teve dificuldade em entender porque as uvas colhiam-se o mais tarde possível, já num estado de maturação, quase no seu limite. Pronto, relativamente à Feira, era isto que ele queria abordar porque eles, de um momento para o outro, têm já dois, têm vários elementos que são muito interessantes, muitas Ações. Mas a Feira Medieval e o Carnaval são marcos, que já não são só do Concelho porque, às vezes, as coisas, quando passam as fronteiras, vão o mais longe possível. Portanto, já nos identificam na Região e quase até a nível nacional como ponto de referência. Não é por acaso que nas últimas perguntas de referência de entretenimento, vinha já, houve um questionário em que aparecia um dos melhores Carnavais do País e estava incluído o de Canas de Senhorim. Para ele, Vereador Aires Santos, foi um orgulho e muito bem. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou que esta parte está concluída. Relativamente a outras situações que eu acho que é de interesse para o Município, que o têm também preocupado, porque eles, no outro dia, aprovaram aqui uma Moção relativamente aos andamentos da IP. Gostava de saber como é que estão todos os elementos que eles alavancaram. Se há andamentos? Se estão a ser cuidados? Se há pressão? Se têm que ir a Lisboa? Se é preciso a gente lá ir? Se é preciso fazer mais pressão? Porque as obras agora vão andando a uma velocidade mais célere e o que é que com isso acontece? Muitas vezes podem ficar algumas obras para trás e depois serem apanhados assim de uma forma mais complicada e assim estas obras acabam por não ser contempladas porque foram levantadas todas as situações que a gente gostava de ver satisfeitas. Há outras que a gente não vai ter hipótese. Ele, uma altura, levantou sobre aquele passeio que liga o Hotel Urgeiriça até à Passagem Superior que eles raparam o passeio. Eles não dão nenhuma alternativa em que, uma vez que foi retirado o passeio do lado esquerdo, que vão duplicá-lo no lado direito. Cada vez mais e tem-se notado e o Senhor Presidente também tem conhecimento, que o Turismo, que tem estado no Hotel Urgeiriça, circula com facilidade de um lado ao outro. E há pessoas

que têm dificuldade em mobilidade porque nem toda a gente tem idade e condições físicas para transpor a Passagem Superior. Portanto, é uma situação que temos que ver o mais rápido possivel, que é para quando as obras começarem a passar para que a gente até possa mesmo ter uma atitude mais dinâmica e mais enérgica para eles sentirem que o que nós queremos que seja resolvido é mesmo para ser resolvido. E não depois escusarem-se porque, na altura, não foi falado a tempo e agora já é tarde, não. É sempre à hora certa. Isto é como a gente, quando vai a uma Urgência porque partiu uma perna. Entra no Bloco e diz assim na Urgência: O Senhor vai para o Bloco e tem que ser intervencionado. É como aqui, nós temos que solucionar estas situações porque nós temos que lutar não só pelo desenvolvimento, mas, ao mesmo tempo, pelas condições que temos que dar às populações porque quando dizem que a nossa população está a ser envelhecida e temos que ter algum cuidado com esta população envelhecida porque ele, Vereador Aires Santos, nunca fica contente com ele mesmo, sentir que uma pessoa que venha do lado do Hotel e que queira vir, por exemplo, para o lado da Urgeiriça, que dantes transpunha, que não era correto, a Linha, vai deixar de o fazer e alguém com mobilidade reduzida não consegue fazer toda a volta numa cadeira de rodas porque, na Passagem Inferior, há ali um estrangulamento e ninguém consegue ali passar. Portanto, cria alguma dificuldade até mesmo do próprio trânsito. Há outras situações que ele gostava também, que ele também já levantou várias vezes e que também não gostava de repetir. Foram situações de ordem de trânsito, de dificuldades, que ele alertou várias vezes e acha que há a altura que é o momento único e próprio. Na Cominalta, aquilo já não é um rasgo, é uma cratera mesmo, porque todos os dias, todos os dias, entram e saem dezenas e dezenas de camiões, com 30, ou 40 toneladas. E aquilo parece quase uma trincheira. E eles fazem uma manobra perigosa para entrar na Estrada para virar, por exemplo, para o IC 12. Pronto, há alturas que as coisas têm que ser, tem que haver uma intervenção rápida e acha que deve ser o mais rápido possível porque cria muitas dificuldades, não são aos condutores, porque eles queixam-se, mas também às acessibilidades. Relativamente às outras situações que falou com o Senhor Presidente e com o Senhor Vereador Artur Ferreira, sobre a sinalética, continua todos os dias a ver carros, viaturas, autocarros, ambulâncias, a ser entroncadas lá em baixo junto à entrada da balança para a ENU porque cá em cima não está o sinal de estrada sem saída e cria muita dificuldade porque, cada vez mais a gente sabe que, quando as pessoas vão para algum local, a orientação é o GPS e o GPS dá-lhes, totalmente, o sentido errado. Ficou contente porque o Senhor Presidente também abordar a homenagem que foi feita pela Junta de Freguesia ao Cristiano e com a Parceria da Fundação. Acha que foi uma homenagem na altura certa, à pessoa certa, na altura certa e no momento alto até de competição em que mostrou que a Lapa do Lobo tem orgulho nas suas gentes e neste caso, no Cristiano. Foi levantada lá uma situação que pensa que foi pela pessoa relacionada com a Federação de Atletismo, pelo Professor que falou no caso das pistas sobre o Atletismo, fomentar. Ele já tinha levantado aqui duas, ou três vezes, sobre a possibilidade de pôr operacionais as Pistas de Atletismo que estão no Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim. Não têm grandes custos. É só uma questão de manutenção e prepará-las. Ele vê outros Municípios a fomentar o Desporto Escolar, o Atletismo e nós também temos ali. Também serviria como alavanca, não só para o nosso Concelho, mas também até quem nos queira fazer esse trabalho, esse trabalho não, esse Desporto, não só de manutenção, como também para preparar, porque elas estão identificadas. Têm as medidas corretas. Têm todas as condições até para quem quer fazer, por exemplo, testes para objetivos profissionais. Portanto, era só, de momento. Agradeceu ao Senhor Presidente. ----------

---- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Aires Santos. Deu a palavra ao Senhor Vereador Ricardo Borges. ----------

---- O Senhor Vereador Ricardo Manuel Salvador Borges cumprimentou todos os presentes, cumprimentou o Senhor Presidente, os seus Colegas Vereadores, os Funcionários e o Estimado Público. Afirmou que também queria aqui tornar a relembrar a questão do nosso Conterrâneo Cristiano Pereira, dar os Parabéns e é bom as Instituições fazerem-lhe estas homenagens. Normalmente estas homenagens acontecem quando, infelizmente, as pessoas já não estão cá e ele está cá, está a dar provas. E, ainda daqui a umas semanas vai para a Polónia fazer o Estágio. E queria aqui dar os parabéns, mais uma vez, ao Cristiano e também às Entidades Organizadoras, à Junta de Freguesia e à Fundação Lapa do Lobo, em que foi feito ali um reconhecimento. Houve uma enchente de população, quer da terra, quer até de fora do Município. Houve ali um grande reconhecimento. E mais uma vez dar os Parabéns à capacidade de organização de uma Junta de Freguesia e de uma Entidade Privada que é a Fundação Lapa do Lobo. É uma sorte termos um Campeão Mundial entre nós, no nosso Município. Ficou, foi um bocado triste por não haver, assim, grande promoção por parte do Município ao Evento, conforme é feito noutro tipo de situações. Pronto, ficou um bocadinho triste porque acha que é um Campeão Mundial e tinha que ser, altamente, divulgado. Para além do mais, foi criado ali um Monumento público em que estiveram lá altas Individualidades, nomeadamente, do Atletismo. E, pronto, ficou, acho que faltou essa promoção nas redes sociais por parte do Município. Outro ponto que ele tinha aqui para falar que também já tem trazido algumas vezes, ele e os seus Colegas Vereadores, é da Área de Acolhimento Empresarial. Pronto, mais uma vez é um ponto omisso. Ele acha que já é tempo de saberem o porquê de não vir o ponto. Acha que para as Leis e para as regras da Democracia e da Transparência de quem exerce este tipo de Órgãos Públicos, ele sabe que pode haver, com certeza, há um motivo forte para não, mas eles também estão solidários, querem ajudar, no sentido de perceber o que é que se está a passar, porque ele, Vereador Ricardo Borges, acha que é uma infraestrutura que faz muita falta ao nosso Município, aos nossos Jovens Empreendedores. E estão aqui para ajudar e querem saber, queriam, pelo menos, saber o que é que se está a passar para estes atrasos. No âmbito das obras da Av.ª João XXIII, também é com tristeza que vê que as obras andam passo a passo, muito devagar. Neste momento, nem vê, não estava lá ninguém. E é uma artéria principal do nosso Centro, do nosso Município, com grande comércio e com o nosso comércio local ali todo instalado e que está a causar constrangimentos. Por cada mês que aquilo demora, coitados dos nossos Comerciantes. Queria perceber porquê, qual o motivo da demora por parte do empreiteiro o que é que se está a passar e qual é a previsão definitiva, então, da realização da obra. Sabem que aquilo estava no âmbito do PT 2020. Portanto, não sabe se a obra não foi do PT 2020. Foi do PARU? Do PARU. Não sabe se tem obrigatoriedade de terminar até dezembro. Não queria dizer isto, mas parece que já são as obras de Santa Inglória. Aquilo parece que não anda e o Município também devia fazer alguma pressão ao empreiteiro. A questão aqui das obras da IP, na parte da Linha da Beira Alta, é de lamentar, mais outra vez, a prorrogação dos prazos. E, aqui, o seu Colega Vereador Aires Santos falou da questão de as coisas estarem a começar a andar, de facto, agora, muito rápido e aqui há o receio de algumas coisas que são pedidas assim e eles dizem: Á, já não vamos a tempo. Portanto, ele, Vereador Ricardo Borges, acha que era importante fazer aqui uma pressão à IP para verificar se está tudo correto. Sabe que há a questão de uma passagem pedonal, que foi pedida até por um Grupo de Habitantes da Lapa do Lobo, que era para aproveitar a obra. Também gostava de saber se há algum desenvolvimento sobre esse pedido da ponte pedonal. E, por último, aqui referir o IP 3. Pronto, ele sabe que não somos um Município diretamente ligado ao IP, mas tem visto a posição dos outros Municípios, de Viseu, de Coimbra. Coimbra diz que vão boicotar a Linha da Beira Alta se não avançarem com esta Requalificação para perfil de auto-estrada, se não for uma coisa com pés e cabeça. Sabe que não somos servidos diretamente por esta infraestrutura, mas liga indiretamente. O IC 12 liga diretamente a esta infraestrutura pública, a esta estrada e ele queria saber qual é que era a posição do Município relativamente a esta obra, que é a obra,

salvo o erro, que é a maior obra do Orçamento de Estado, a nível de infraestrutura, para os próximos anos. É só. ----------
---- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Ricardo Borges. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. ----------
---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Cumprimentou o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores, os Caríssimos Funcionários da Autarquia e o Estimado Público. Afirmou que trazia aqui alguns assuntos também para debater, umas questões, algumas considerações. Alguns deles já foram também aqui abordados pelos seus Colegas. Mas ele gostaria de dizer ainda o seguinte: Relativamente à questão das obras da Linha da Beira Alta foi dito pelo Senhor Presidente na última reunião de Câmara, que iria ter uma reunião com as Infraestruturas de Portugal em que, além de outros assuntos, imagina ele, Vereador Fernando Silvério, para discutir o acesso à habitação de uma Família, que iria ter uma reunião com as Infraestruturas de Portugal acerca disso. E imagina que, nessa reunião, além, de certeza, da discussão acerca do acesso a essa habitação, que estava condicionado e está condicionado, naturalmente, iria aproveitar a oportunidade para falar de outros, nomeadamente, as passagens superiores. Ele não vai repetir aqui aquilo que os seus Colegas já disseram acerca desta obra e de tudo aquilo que envolve. Mas, naturalmente, gostaria de obter alguns esclarecimentos, se possível, do Senhor Presidente, acerca deste assunto. Outro assunto também, que já foi aqui referido e ele também referiu em reuniões anteriores, tem a ver com os incêndios de 23 de agosto deste ano. Foi apresentado aqui, foi apresentado não, foi dito que iria ser apresentado um relatório e que iria ser, eventualmente, distribuído aos Vereadores. Não sabe se esse relatório já está terminado, que tem a ver com a estabilização para os incêndios, era muito importante, naturalmente, eles terem acesso a esse relatório. E também a opinião que ele, Vereador Fernando Silvério, manifestou ao Senhor Presidente no sentido de que a Câmara deveria ter Equipas para ir de encontro aos proprietários lesados por este incêndio e, eventualmente, depois se irem fazer reuniões, convocatórias através de Edital, nas Juntas de Freguesia, que é sempre importante. Mas o que as pessoas necessitavam e precisam é desse acompanhamento personalizado e tudo o que isso implica. As pessoas precisam de sentir que estão a ser apoiadas. E, daí, também a questão que o Senhor Presidente disse que iria ser aberto um Aviso-Convite para o Município de Nelas relativamente à questão dos incêndios, se esse Aviso-Convite já foi aberto e se já chegou ao Município de Nelas. Outro assunto que ele aqui trás, mais uma vez e de uma forma reiterada e desta vez só o vai referir porque o Senhor Presidente disse, ipsis verbis, que o iria trazer nesta reunião de Câmara, que tinha a ver com a Área de Acolhimento Empresarial e ele, Vereador Fernando Silvério vinha preparado para o discutir, para dar os seus contributos, para, eventualmente, alguns problemas, alguns desafios que se posam ter colocado, o facto é que chegam aqui e voltam a não ter este assunto da Área de Acolhimento Empresarial. Um investimento de 2,8 milhões de euros, obra parada há quase dois anos, com tudo o que isso implica para quem queira investir no Concelho, com tudo o que isso implica para os empresários que se querem estabelecer no Concelho e outros que querem ampliar as suas instalações, para a questão da mobilidade, da segurança, do acesso a novas tecnologias. E o facto é que, até ao dia de hoje, o Senhor Presidente nunca trouxe esse assunto para discussão, nem sequer um argumento para as obras estarem paradas, nem sequer um argumento para as obras estarem paradas. E ele comunga da opinião do seu Colega, mesmo isso em termos da Democracia pluralista, da discussão dos assuntos, até hoje um Presidente de Câmara que tem uma obra parada há quase dois anos, há quase dois anos e não indica um argumento, uma razão do porquê. E ele lamenta muito isso. Como também lamenta as obras ali no Mercado

Municipal que foram iniciadas já em 2021. O Contrato foi assinado em 14 de maio de 2021. Tinha um prazo de execução de um ano, 365 dias. E o facto é que o Mercado continua fechado, continua inacessível à população, um Mercado, um edifício emblemático do Município, da Vila de Nelas e do Município e também, até ao dia de hoje, não tem havido nenhuma explicação para o facto de estar fechado. Tem sido utilizado poucas vezes para alguns Eventos da Câmara Municipal. Aquele Mercado, nomeadamente, as obras que sofreu, era para estar aberto ao Público e tudo aquilo que isso implica, a multifuncionalidade que iria ter. E o facto é que, até aos dias de hoje, o Mercado está fechado sem qualquer outra explicação. Sem nenhuma explicação, melhor dizendo. E só uma questão, a talhe de foice, dirigindo-se ao Senhor Presidente, relativamente à questão do SIADAP. Ele, Vereador Fernando Silvério, verificou que no Sítio do Município, quer na Comissão Paritária, quer no Conselho de Avaliação, ele pensa que ainda não foi emitido nenhum Despacho, nem nenhuma nomeação da Comissão Paritária. E ele gostaria de questionar como é que está essa questão. Agradeceu ao Senhor Presidente. ----------

---- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Fernando Silvério. Perguntou se mais algum dos Senhores Vereadores queria fazer mais alguma intervenção. Deu a palavra ao Senhor Vereador Artur Ferreira. ----------

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Cumprimentou todos os presentes. Afirmou que eram só duas situações, que acha que eram importantes. Quando se fala aqui da Linha da Beira Alta que, há cerca de 4 meses, 6 meses atrás, esteve cá o Senhor Ministro a dizer que ela estava concluída em novembro. E desse momento até agora nunca ouviram nenhum problema aqui da Linha Beira Alta. Só viram o problema da Linha da Beira Alta quando foi votado por todos que aqui estão, exceto o Senhor Vereador Ricardo Borges que não estava presente, uma Moção. E acha que, acha não, pensa que aquilo que aconteceu aqui hoje foi aquilo que aconteceu na viagem que fizeram em fevereiro. Deram a ideia que estava tudo feito no papel, para muita gente e não estava nada feito no papel. O que eles têm andado a aqui a fazer, cada um é a forma de fazer, ou ir bater lá à porta dos Ministros, ou coisa parecida, mas uma coisa é certa: Aos poucos, por exemplo, estavam aqui a falar da situação da casa de um Municipe e essa casa foi resolvida sem ser preciso parar qualquer coisa que fosse. Houve duas reuniões e resolveram-se as situações. Há pessoas que funcionam de outra forma e há outras que funcionam desta. O que eles têm aqui é que acreditam nas pessoas. Pelos vistos, ao contrário do que dizem os Senhores Vereadores, não acreditam nos Ministros do PS. O Executivo acredita naquilo que as pessoas lhe vão dizendo e que têm boa vontade para fazer as coisas. Claro que não podem ficar calados e aquilo que foi aprovado aqui foi uma tomada de posição da Câmara toda por aquilo que vem acontecendo até agora. Na questão da pista do Complexo do Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim, que é isso mesmo, o Complexo do Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim, até agora não chegou ao Executivo nenhum pedido por parte de quem de direito, que é o Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim, para fazer qualquer intervenção na pista. E toda ela tem que ser feita de acordo com isso. Têm pedido ao Executivo outro tipo de, como pediam antigamente, não foi só de agora. Antigamente, também não pediam esse tipo de intervenção. Têm pedido ao Executivo outro tipo de intervenção para fazer no Complexo do Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim. Se vier esse pedido por parte do Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim, naturalmente que será analisada toda essa necessidade. O Senhor Presidente, se calhar, depois falará sobre a questão do Cristiano Pereira. E era só. Agradeceu ao Senhor Presidente. ----------

---- O Senhor Presidente afirmou que, então, ia tentar responder às perguntas. E começa, se calhar, mesmo com a questão da Linha da Beira Alta e dizer duas coisas: Vão ver se se entendem sobre a questão da Linha da Beira Alta. O Projeto da Linha da Beira Alta foi apresentado e os Senhores Vereadores Fernando Silvério e Aires dos Santos têm conhecimento do Projeto que foi apresentado ainda na legislatura anterior no que concerne ao mandato autárquico. E, portanto, conforme se recordam, nada estava lá consignado do que agora reivindicam. De qualquer maneira, independentemente disso, não quer dizer que eles

não reivindiquem na mesma. São coisas diferentes. Mas, tanto como foi aqui dito pelo Senhor Diretor Regional, como, particularmente, pelo Senhor Vice-Presidente da IP, que é o Responsável da empreitada, o Senhor Eng.º Carlos Fernandes, o próprio Senhor Eng.º Carlos Fernandes disse que nenhuma das empreitadas que eles falam, seja da Passagem Superior, seja de Passagem Pedonal, seja o que eles anseiam, estivesse contemplado no Projeto. E não estava. E, de qualquer maneira, não deixa de ser importante porque é assim: O que eles têm no Projeto, que é do conhecimento da Autarquia, como os Senhores Vereadores também sabem, são as peças desenhadas. E nas peças desenhadas não há lá nada que fale sobre alguma Passagem Pedonal, ou alguma Passagem Superior. Em abono da verdade, independentemente disso, não quer dizer que não se façam as coisas. Como os Senhores Vereadores se recordam, o Senhor Eng.º Carlos Fernandes esteve aqui em janeiro deste ano e o que são as exigências já vêm de trás. Numa das primeiras reuniões que o Executivo fez, mal tomou posse, em 2021, novembro, ele, Senhor Presidente, diria, novembro, início de dezembro, mas quase que apostaria que foi em novembro, o que o Executivo sinalizou na altura foi o que mantém. Ou seja, todas estas questões que eles pediram, desde Passagens Pedonais, Passagens Superiores, haver uma atenção, em particular, com a segurança das pessoas e das populações, particularmente, com uma Comunidade que está a ficar, naturalmente, mais envelhecida e, portanto, a mobilidade é menor, foi tudo, devidamente, posto em papel porque só de conversa às vezes as coisas não ficam na sua prática. E, portanto, o que o Executivo fez foi apresentar um conjunto de propostas e de esclarecimentos que gostaria que fossem atendidas. É, isso, já os remete para novembro de 2021. Nessa altura, tudo o que eles agora continuam a falar, já lá estava. Quando fizeram aqui a reunião com o Senhor Eng.º Carlos Fernandes, com a IP, com todos os Elementos da Câmara Municipal e com o Senhor Presidente da Assembleia e também com os Senhores Presidentes de Junta das Freguesias envolvidos na Linha da Beira Alta aqui do nosso Concelho, do nosso território, todas estas questões agora que vieram na Moção lá estavam. Portanto, esta Moção não trouxe nada de novo. As questões da Moção são as mesmas questões que o Executivo já apresentou em novembro de 2021 e ele, Senhor Presidente, está em crer que foram levantadas antes pelo anterior Executivo, tem poucas dúvidas disso, como é normal porque são transversais. É impossível não haver uma empreitada e nós não falarmos na questão da passagem das pessoas na Lapa do Lobo, no Folhadal, na Urgeiriça, pelo menos aqui nós não termos essa particularidade, a questão de como vai afetar, em particular, ali junto à Feira, em Canas de Senhorim, a questão como vai até no que são as passagens de águas pluviais, a questão de saneamento que está associada com as obras. Esses constrangimentos todos enormes que estão associados ao que também são os pisos que nós temos nas nossas estradas. A parte dos estaleiros que estão a deixar tudo, verdadeiramente, escavado e não tem problemas com a palavra, entre aspas, obviamente, mas utilizada. Mas são constrangimentos que decorrem do que é a empreitada. E, ele, Senhor Presidente, está à vontade porque é assim: Ele sempre defendeu a Modernização da Linha da Beira Alta. Não sabe se com esta, ou outra bitola. Não é agora para aqui chamada senão não saíam hoje daqui, mas sempre defendeu e sabe que uma empreitada destas tem constrangimentos grandes na mobilidade, no que isso acarreta com as pessoas e, portanto, é quase um paradoxo. Geralmente, os seus Colegas da mesma orientação política estariam, se calhar, aqui, ai o Governo, ai o Ministro e os Senhores Vereadores veem-no a ele a defender a Modernização da Linha da Beira Alta, sem nenhum rebuço e sem nenhum problema. Sabe os constrangimentos. Sabe os problemas que têm. Neste momento, o que eles negociam com o empreiteiro e com a IP foi, inclusivé, o tabuleiro que quer ir para a fase final de resolução não ser feito. Eles queriam já entrar já em dezembro e o Executivo disse que, já agora andou este

tempo todo à espera para fazer a empreitada. Em dezembro é um mês não muito positivo porque temos uma época alta para os Comerciantes, que é a época de Natal e, portanto, o Executivo aí é que disse para fazer um delaite de duas semanas para não constranger, digamos assim, o que é um dos momentos altos, para não dizer um momento alto do que são os nossos Comerciantes. E, portanto, isso tudo é levado em linha de conta, esse constrangimento todo. Houve também, como os Senhores Vereadores sabem, era para serem 9 meses. A concretização começou no dia 20 de abril de 2022. Era para terminar a 31 de janeiro de 2023, depois era junho, depois era o dia 12 de novembro próximo, era para estar concluída e não está. O que nós perguntamos é para quando está, para nós também nos reorganizamos e sabermos. Agora, as empreitadas são o que são, que estão a decorrer. Não invalidando isso é bom que nós tenhamos presentes que tudo o que estava lá. Por exemplo, na Lapa do Lobo, o Senhor Vice-Presidente disse ao Executivo, taxativamente, que não está previsto nada. A não ser a parte do Apeadeiro, não está previsto, rigorosamente, mais nada e o Executivo chamou à atenção que as pessoas vão continuar a atravessar a Linha na mesma, pela simples razão que têm terrenos do outro lado, que têm habitações do outro lado, que têm prédios rústicos, que têm terrenos agrícolas e, portanto, vão continuar a atravessar de um lado para o outro. Este comboio tem um problema acrescido que é, supostamente, mais, a velocidade é, sensivelmente, a mesma. Nós não ganhamos muito em velocidade, mas é mais o facto de ser mais silencioso o comboio. E, portanto, faz com que as pessoas estejam também com uma mobilidade mais reduzida por causa da idade. É como é a vida. Mas, de facto, temos ali questões que estão associadas. Pediram ao Senhor Vice-Presidente e o Executivo tem insistido isso com e-mails e com telefonemas de se ir estudar uma solução para o assunto, mas sem o compromisso de conseguir fazer isso. Da mesma forma que falaram nessa questão da Lapa do Lobo e a questão que tem a ver com a rua que vai para o estaleiro e que está, completamente, destruída e o compromisso que há é antes de levantar o estaleiro, deixarem aquilo operacional porque isto convém é enquanto se está cá, enquanto precisam de nós. Para ficarem com uma ideia, pediram ao Executivo uma Licença Especial de Ruído e o Executivo disse-lhes que não, enquanto não estivessem feitas as coisas não havia as Licenças Especiais de Ruído, para trabalharem fora de horas, para trabalharem nos fins-de-semana, como nós fazermos, para eles perceberem que nós percebemos que precisam disso, mas nós também temos que ter contrapartidas e alguma segurança para as coisas acontecerem. E isso tem sido feito, se calhar, não com tanto alarde, mas tem sido feito nesse sentido. Dizer, por exemplo, que também, no que concerne, ele, Senhor Presidente, a Linha da Beira Alta é que é o mais temático, vai tentar ser mais rápido, até porque também lhe parece evidente também, dois mais dois são quatro. As Senhoras estão cá, vieram cá por alguma razão. Ele, Senhor Presidente, sabe que foi para os ver porque eles também são simpáticos e para alegrarem a casa e torná-la mais bonita ainda. Mas também estão a falar de uma questão em que a IP os remete para o que lá está. Ou seja, para o que já está edificado. O que já lá está edificado, a IP remete-lhes para o que foi uma obra de arte que foi uma negociação na altura. E que já lá está uma obra de arte para fazer a Passagem Superior. O que o Executivo diz, obviamente, é, duas questões: Que aquilo não é uma solução para quem tem mobilidade reduzida. Não é solução para as pessoas séniores. Nem é também uma solução para quem tem mobilidade reduzida, ou quem está em cadeiras de rodas, obviamente, ou em bengalas, ou em canadianas, ou o quer que seja, para fazer aquilo. E o Executivo também os sensibilizou nesse sentido. O que o Senhor Vice-Presidente disse ao Executivo era que iam averiguar. Por isso é que eles, quando na Moção, puseram lá: Tempo previsto para. É para o tempo previsto para apresentarem ao Executivo alguma solução enquanto a obra está a decorrer, porque o Executivo sabe que quando a obra estiver concluída. Mas isto já é um sucedâneo. O Executivo já fez a apresentação três vezes desta questão. O Executivo enviou agora também para o Senhor Ministro das Infraestruturas de Portugal, para o Senhor Vice-Presidente, para os Grupos Parlamentares, também para o Senhor Primeiro-Ministro e para o Senhor Presidente da República e enviou para toda a gente que tenha sensibilidade para perceber que uma empreitada destas e disse bem o Senhor Vereador, do Orçamento do Estado, é uma das obras, das empreitadas mais volumosas porque está incluída dentro do que é só a dotação do

Orçamento do Estado. Mas temos um compromisso também com a União Europeia da parte do que é a verba que também veio também para ser integrado no Orçamento do Estado com o facto do prazo de execução. Mas está lá, o Executivo falou também na Urgeiriça, falou também do Folhadal, falou também da Zona Industrial, falou também do que é repor a parte do betuminoso na Rua Eng,º Alberto Vilhena, do Acesso Sul e também, em particular, da questão de libertar o tabuleiro que foi, assumidamente, por eles, uma questão do Projetista que foi mal concebido porque vai haver um cruzamento e não estava tipificado. Ele, Senhor Presidente, não sabe se era isso que o Senhor Vereador Fernando Silvério estava a dizer, mas nas reuniões, o que foi dito à IP foi isto. Era que, até resolverem o problema, não haveria a continuação da infraestrutura. E foi feita reunião com a IP, que já arranjaram uma solução. Ele, Senhor Presidente, falou sobre isso até e o Senhor Vereador ouviu, acha que, aqui na reunião de Câmara também, na Assembleia Municipal, que tinha a ver com a cota com a soleira da entrada do acesso que está, entretanto, resolvido. Não há nenhuma solução milagrosa, mas tem a ver com a própria IP fazer o levantamento que permita depois a acessibilidade do Municipe. Pronto, dizer, agora só em pontos. Da Moção da IP, a pressão, ele, Senhor Presidente, julga que já foi feito tudo o que era, digamos assim, as questões institucionais que têm que ser feitas, desde as reuniões na Autarquia, desde as reuniões em Coimbra, desde a reunião que fizeram com a IP e com os Municípios em Mortágua, em maio, junho, com os Municípios todos da empreitada da Linha da Beira Alta, onde esteve também o Senhor Vice-Presidente da IP, onde estiveram todos os Senhores Presidentes da Câmara dos Concelhos, precisamente, a dizer isto, com uma Moção e com um documento assinado por todos, ao que fizeram também na reunião também da CIM, com a CIM também a enviar informação nesse sentido. Estavam a falar, acha que até foi o Senhor Vereador Ricardo Borges que falou também nessa questão e já lá vão também à questão do IP 3. E, portanto, tudo o que é pressão diplomática e institucional sobre esta questão, está feita. Nunca estará feito tudo. Agora, podem passar para outro tipo de intervenção. Estava a falar do endurecimento por causa do IP 3, do Senhor Presidente da Câmara de Coimbra. Ele, Senhor Presidente, vai estar à espera para ver quando ele fizer isso também e passar das palavras aos atos, vai esperar. Um Presidente da Câmara que depois seja ele o Líder do avanço das coisas, mas é assim: Viseu não tomou posição. Quem tomou posição foi o Senhor Presidente da CIM, que tomou posição enquanto, às vezes, confunde-se as coisas, ele, Senhor Presidente, percebe. Mas ele tomou posição, há uma posição da CIM Viseu Dão Lafões. E a posição que o Senhor Dr. Fernando Ruas tornou pública é uma posição da CIM, dos 14 Concelhos da CIM. E que deixasse que lhe dissesse também que vai haver uma reunião com o Senhor Ministro das Infraestruturas de Portugal, promovida pela CIM e a solicitação da CIM e outra das questões que nós lá colocámos e que a CIM também se associou, é que o IP 3 tem uma ligação feita, faz uma ligação do IP 3 a uma auto-estrada e entre essas duas há uma missiling, que é uma coisa bonita, no Projeto Nacional das Infraestruturas, que é o IC 12. Mas esse missiling tem lá ficado esquecido e nós tomámos, até em termos de CIM, a questão do IC 12. Em relação à homenagem ao Cristiano Pereira, que deixasse que lhe dissesse também que o Executivo disponibilizou, desde a primeira hora, quando o Evento foi divulgado, gostaria também que o Município também estivesse no tridente, digamos assim. É promovido e bem, pela Junta de Freguesia porque o Cristiano é natural de lá, mas também pela própria Câmara porque a Câmara é o Concelho, é o Município que o acolhe. E, portanto, o Executivo não quis, de alguma forma, um Evento que estava a ser promovido e bem, foi promovido. O Executivo apoiou. O Executivo esteve presente e foi convidado. Esteve presente. Tudo o que lhe foi pedido, tudo o que lhe foi solicitado, fez. Teve uma reunião com o Senhor Presidente da Junta

e o Executivo perguntou-lhe: O que é precisa mais da parte do Executivo? O Senhor Presidente da Junta disse o que tinha a dizer, que ficou na reunião e também veio cá entregar o convite para o Executivo estar presente. E, portanto, o que foi solicitado ao Executivo, naturalmente que foi da parte do Executivo tudo disponibilizado. Do Senhor Vereador Aires dos Santos, da pista de atletismo. A pista de atletismo não é só recauchutar aquilo porque eles até falaram disso, quer o Senhor Professor Jorge Raimundo, que esteve lá presente também e até falou em fazer-se uma pista em Nelas, ou em Mangualde, até porque há o Clube em Mangualde porque, em abono da verdade, o nosso Cristiano é Atleta da Casa do Povo de Mangualde e falou-se na possibilidade, ele também desafiou, quer uma Câmara, ou outra, a fazer-se isso, porque o que fazia sentido ali, eventualmente, é que aquele tipo de pista já não se usa em termos do que é. O Executivo pode restaurar aquilo, mas agora tem que fazer um tartan, tem que fazer um sintético. Aquela pista não é homologada. Os resultados não são homologados. Qualquer Atleta que lá vá, se calhar, mesmo falando com o Cristiano, ou, por exemplo, fazer uma pista, se calhar, mais valia a pena, se calhar, pensar-se em fazer em dois, ou três Municípios e fazer uma pista a meio. Já que há ali, podia fazer-se ali e até com a Câmara de Mangualde a apoiar e a Câmara do Carregal do Sal, por exemplo, a apoiar e fazer-se aqui. Mesmo os treinos do Clube que há em Mangualde, não há, atualmente, em Nelas, mas serem feitos ali, aí sim. Aliás, o Senhor Vereador Aires Santos estava lá e ouviu o que ele, Senhor Presidente disse. Disse, precisamente, essa questão. Em relação aos incêndios do dia 23 de agosto, o Executivo já disse sobre aquele documento do Relatório do ICNF, a única razão porque ainda não o disponibilizou era porque o Relatório é um Relatório preliminar. Mas o Executivo trouxe-o para dar conhecimento, que vai agora à Comissão Diretiva para ser aprovado e depois ser tornado oficial, digamos assim, porque não está fechado. E, se calhar, até ele, Senhor Presidente, se adiantou, se calhar. Mas acha que fazia sentido que a Câmara tivesse conhecimento do Relatório do ICNF. Pronto e, obviamente, quando estiver fechado e quando for remetido ao Executivo, dará dele conhecimento com todo o gosto. As Equipas junto aos proprietários foram feitas e foram feitos diversos contactos e diversos levantamentos, quer da Freguesia de Senhorim, quer na Freguesia de Nelas, com bastantes mesmo, de uma forma mesmo, contacto direto, quer através dos Serviços da Autarquia e de Proteção Civil, quer através das Juntas de Freguesia, esses Serviços foram feitos. O Aviso-Convite que o Executivo disse é que é o seguinte: O que o Executivo solicitou, o Executivo não disse que ia haver, gostaria que haja e espera que haja. O que eles disseram foi que, entabulou conversas, desde muito cedo, com a Senhora Ministra da Coesão Territorial no próprio dia do incêndio e no dia seguinte com a DRAP Centro e com o Ministério da Administração Interna e com a Senhora Ministra da Agricultura. E, depois, nessa semana, logo a seguir, portanto, isto é a 23, o Executivo teve, passado uma semana, foi uma quarta-feira e o Executivo teve logo a seguir, aliás, passado uma semana, a Feira do Vinho e esteve cá o Senhor Secretário de Estado, o Eng.º Gonçalo Rodrigues, que também se mostrou disponível e até através do PEPAC, do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum. Mas, independentemente disso, o Executivo fez também a exposição à CCDR, que é outra Entidade onde possa haver apoios nessa matéria, que não a CIM, ou a ADD, que não tem apoios nesta questão. Mas o Executivo está a trabalhar com isto, com o Senhor Eng.º Santiago, no sentido de se criar uma Linha de Apoio, que estão a ser feitas, incluindo em Proença e em Castelo Branco, que também estão a ser construídas com a mesma fórmula, que é com o levantamento feito dos danos, com uma ficha que foi disponibilizada ao Executivo pela DRAP Centro, que é uma ficha padrão e com as reuniões que estão a ser feitas com os proprietários. E o Executivo acha que é um complemento e, se calhar, não vai conseguir chegar a todo o lado. E chegar a todo o lado foi falar com as pessoas diretamente, foi envolver as Juntas, foi fazer Editais com reuniões públicas. E, mesmo depois disto tudo feito o Executivo fica com a sensação que, se calhar, não chegou a toda a gente, mas com o objetivo de, naturalmente, chegar. Finalmente, a Área de Acolhimento Empresarial, as obras no Mercado Municipal e a Av.ª João XXIII. A Av.ª João XXIII, ele, Senhor Presidente, não sabe quais são os dias que o Senhor Vereador lá tem passado, pode ter, eventualmente, um dia, ou outro, pode acontecer até a hora que passou lá. Que olhasse, até durante o fim-de-semana também lá tem havido

gente a trabalhar. Não sabe se o Senhor Vereador lá passa. Passam em dias diferentes. Mas, pronto, que os Senhores Vereadores deixassem que ele, Senhor Presidente, lhes dissesse uma coisa também sobre obras, que é o seguinte: A obra, independentemente disso, ele, várias vezes, falou também sobre a questão da ida das obras e na altura, os Senhores Vereadores achavam que era uma questão que havia falta de compreensão. Portanto, agora deve ser, ou o karma, ou então, se calhar, essa falta de compreensão que reivindicavam na altura, agora não se aplica. Porque a Av.ª João XXIII, em abono da verdade, aplica-se como quase todas as empreitadas que estão a decorrer a nível nacional, inclusivé, as do Estado, o IP 3, que invoca, ou a Linha da Beira Alta. Mas, de qualquer maneira, ele, Senhor Presidente, não gosta de se explicar com as dores alheias na Av.ª João XXIII, a Av.ª João XXIII tem uma empreitada para acabar. Causa constrangimento? Causa, causa bastante constrangimento. Ele, Senhor Presidente, já disse aqui e volta a dizê-lo, que mais importante do que possa ser a renovação, digamos assim, que é o motivo da candidatura, que é o PARU, é mesmo a regeneração urbana. Mais do que isso, o que ele acha que é mais significante é tudo que vai ficar enterrado e que não é tão visível e que foi substituído. E, portanto, as obras andam devagar? Andam. Não andam à velocidade que deveriam? Não. Era para estar concluído o Projeto em setembro deste ano e não está. Ele, Senhor Presidente, ouviu, atentamente, o Senhor Vereador, mas disse-lhe a mesma coisa. O Senhor Vereador, às vezes, não houve bem. Ele, Senhor Presidente, disse uma coisa tão simples quanto isto. Se calhar, o Senhor Vereador não ouviu. Ele, Senhor Presidente, disse assim: Ele, anteriormente, falava, ele disse isso. Que estava em ata. Falava da questão dos atrasos das obras. Alguns compreensíveis, outros, nem tanto. E disse depois, se calhar, deve ser karma. Os Senhores Vereadores Fernando Silvério e Aires dos Santos, acha que se não falou nos nomes, mas eram os Senhores Vereadores que estavam cá na altura, achavam que não fazia sentido, ele, Senhor Presidente, fazer tanto, ou insistir com isso e agora insistem com isso. E ele disse: Deve ser karma. Está em ata. Portanto, ele disse isso. E que deixasse que lhe dissesse outra coisa: Que, independentemente das coisas, há obras que têm delaite. Que fosse lá às declarações de voto e que ia ver isso. As primeiras são, claramente, de abstenção e de compreensão. A partir de um certo momento é que não. E outras que foram relevantes, como na Av.ª João XXIII, obras que foram feitas, decorrentes, estão lá, ou a Estrada para Carvalhal Redondo, ele, Senhor Presidente, terá todo o gosto. Sabe que o Senhor Vereador gosta também de ler as atas, portanto, de certeza que vai lá ver isto. Mas, para não se perder, na Av.ª João XXIII, as obras já deviam estar concluídas e não estão. Mas, de qualquer maneira, a informação que o Executivo teve, teve reunião ainda esta semana, na terça-feira, ou quarta-feira passada, com o Responsável da empresa Irmãos Almeida Cabral, que lhes garantiu que até ao final deste mês aquela parte ficará concluída até do que é até à Pérola Doce. E que o outro segmento para cima, a preocupação que existe é ser feita uma intervenção de maneira a não perturbar muito o que é o acesso às lojas comerciais que têm ali uma parte de lojas comerciais que são importantes também serem preservadas. Sobre as obras no Mercado Municipal, as obras no Mercado Municipal, como o Senhor Vereador sabe, as obras no Mercado Municipal, ou qualquer uma das obras, têm a ver com o que é uma execução do Empreiteiro e o que são as contrapartidas, ou o assegurar das responsabilidades da Câmara. E a Câmara tem feito tudo do que são as responsabilidades. Se há empreitada onde o que é faturação e os Autos de Medição da empreitada com a responsabilidade da Câmara está em pleno, é ali. Se há empreitada onde isso está a acontecer é, precisamente, ali. Agora, de qualquer maneira, há uma questão que tem a ver com o mesmo Empreiteiro que tem uma outra empreitada no Município e que há uma empreitada que está, como o Senhor Vereador sabe, que não é da responsabilidade da Câmara, mas da Junta de

Freguesia, em Execução Fiscal, em Tribunal, está em Processo Jurídico e esta Câmara, desde a primeira hora, inclusivé, predispôs-se a resolver a situação e não era uma obrigação da Câmara, com um procedimento que não estava, firmemente, instituído. E, portanto, o que havia era um entendimento com o Empreiteiro. E o Empreiteiro, esse entendimento que tinha com a Câmara, resolveu, então, à última da hora, voltar a invocar uma coisa que já estava resolvida. O compromisso que havia era fazer tudo do que era dos pagamentos dos Autos de Medição e havia ali uma questão que está na sindicância e isto estava resolvido e o Empreiteiro resolveu mudar a agulha e muda a agulha e o Município tem que continuar a defender os seus interesses. Disso, não há, absolutamente, dúvida nenhuma. Sobre a questão da Área de Acolhimento Empresarial, sim, é verdade, ele, Senhor Presidente, disse que a trazia nesta reunião e não trouxe. E trá-la na próxima, espera trazê-la na próxima. Mas, com o assumir de que, claramente que foi ele. Aliás, ele, Senhor Presidente, tem, de vez em quando, isso. Ele podia, se calhar, fazer, como faziam anteriormente, ou fazem outros Autarcas, que é não dizer nada. Era mais fácil. Ou não se comprometer com prazos. Era mais fácil. Ou, então, deixar isso a dizer que era uma questão que tinha a ver com o Executivo, ou que o Executivo foi eleito para dirigir e gerir os destinos da Câmara e depois será sufragado daqui a dois anos. Ele podia ir por aí. Não foi. Ele podia ir por aí. Mas não foi. Não foi e emite prazos. E quando emite prazos, geralmente, corre riscos e, se calhar, podia não os correr arrumando as coisas, ou empurrando com a barriga, como costuma fazer quase toda a gente. Pronto. Sobre este assunto, ele deixa uma segunda leva, se assim o entenderem, rapidamente. E, portanto, é assim: Se os Senhores Vereadores quiserem fazer mais alguma intervenção, rapidamente, se puder ser. Deu a palavra ao Senhor Vereador Aires Santos. ----------

---- O Senhor Vereador Aires Manuel Antunes dos Santos afirmou que eram dois assuntos. Pronto, eles levantaram aqui várias situações e vão falar muito mais vezes sobre a IP e sobre a Linha da Beira Alta. Mas, há um ditado muito antigo que sempre se utilizou, utiliza-se hoje e vai-se utilizar sempre, que é: Quando a gente acaba de fazer uma casa era quando devia estar a começá-la. E está tudo dito. Não, não há ninguém a quem não aconteça isso. É assim que funciona. Ao fim da casa feita é que devíamos estar a começá-la. Pronto, está tudo dito porque há sempre coisas que a gente não fez e devia ter feito e levantamentos. E o segundo ponto tem a ver ali também com o Colega Vereador Artur Ferreira, não é nenhuma achega, mas, pronto, também é para dar-lhe conta do seu pensamento, que é assim: Sobre as pistas, porque nós temos uma quantidade de Desporto aqui no Município. O Atletismo está fomentado. E a pista, mesmo sendo feita em cinza, sendo em cinza, pode ser fomentado o Desporto Escolar. O Cristiano, até ao último ano, tinha lá ido treinar, costumava lá ir treinar com a Casa do Povo de Mangualde. Agora, precisam de ser marcadas porque para fazer tempos precisam de ser marcadas. E fomentar o Desporto Escolar. E dizer aos Clubes, ou aos Municípios vizinhos assim: Nós temos aqui uma pista que pode ser utilizada. Depois os Senhores dêem qualquer coisa ao Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim pela utilização. Não pode ser utilizada? A cinza não pode? Então, por exemplo, na Escola é em alcatrão a pista. E pode ser utilizada em alcatrão? Em cinza não pode? Então, é fomentar o Desporto. Agora, é dizer assim: Olhe, não é para a alta competição, mas dá para exercício. É como nos caminhos pedonais. Podiam ser assim marcadas. Porque, no seu tempo, quando ele estava no Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim as pistas eram sempre marcadas e havia Desporto. E quem quisesse podia ir para lá. É lógico que é com o Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim, mas também podemos sensibilizar o Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim: Meus amigos, nós vamos ajudar-vos a marcar as pistas. E até fica com outro aspeto o campo. Agora, não é uma imposição. Era um contributo. Era só. Agradeceu ao Senhor Presidente pela atenção. ----------

---- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Aires Santos. Deu a palavra ao Senhor Vereador Ricardo Borges. ----------

---- O Senhor Vereador Ricardo Manuel Salvador Borges afirmou que eram só dez segundos. Sobre os incêndios, que até foi um tema aqui do seu Colega, o Senhor Presidente falou do Relatório, que não o disponibilizaram. Ele, por acaso viu que a versão provisória está disponível no ICNF. E, ele, pronto, estranhou e pensou que se não tinham o dever de saber.

Não está a criticar, nem está a insinuar nada. Só que Nelas foi o quarto Município com mais área ardida nestes incêndios. E ele deixa aqui o alerta, o quarto. Está cá o quarto. Está com o Relatório aberto. Ele acha que tem que tem haver mais celeridade e todos os outros Municípios, Odemira, que têm feito muita pressão. Ele acha que é necessário, é necessário, a nível da população, o que lhe tem chegado é que tem havido uma falta de acompanhamento. Há pessoas que não têm "literacia" para estar. Têm algum receio de vir à Câmara porque são entidades. E acha que era necessário, in loco, no local estarem mais pessoas, nomeadamente, criar uma Comissão assim mais Técnica, por parte do Município, para acompanhar esses casos porque já temos, a nível de agricultura, um Município, aquela agricultura mais pequena abandonada e com isto vai-se acabar por abandonar e é preciso fomentar e dar esperança à nossa população. É só isso. ----------

---- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Ricardo Borges. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. ----------

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que, bom, relativamente, aqui, a algumas questões, não querendo também alongar-se muito com esta questão com o Senhor Vereador Artur Ferreira. Não é verdade aquilo que ele diz, algumas coisas e uma delas foi, ele disse que antes da votação daquela Moção relativamente ao IP não se tinha falado aqui acerca das obras do IP e tudo o resto. Não é verdade, não é verdade. Todas as reuniões, ou, praticamente em quase todas as reuniões é abordado aqui o tema do IP. O Senhor Vereador, se calhar, às vezes, está distraído, ou, se calhar, não lhe agrada o tema porque, se calhar, tem pouco feito por isso. Por ventura, não lhe agrada o tema porque, se calhar, tem pouco feito por isso. Por isso é que ele diz essas coisas. Está a falar do Senhor Vereador Artur Ferreira. E pedia-lhe mesmo, dirigindo-se ao Senhor Vereador Artur Ferreira, já não é a primeira, nem a segunda vez, que não insultasse pessoas que não estão aqui. E ele, Vereador Fernando Silvério, dirá isto para qualquer Municipe, para qualquer pessoa. O Senhor Vereador Artur Ferreira tem sempre essa postura. Quando insulta as pessoas não tem esse direito. Que desculpasse lá. O Senhor Vereador Artur Ferreira não tem o direito de insultar as pessoas. Que desculpasse lá. Não tem o direito. Se o Senhor Vereador Artur Ferreira tem algum problema com alguém é problema dele e que o resolva. Agora, o Senhor Vereador Artur Ferreira não tem o direito de insultar as pessoas e, sobretudo, pessoas que não estão aqui para se defender. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, o Senhor Vereador Fernando Silvério afirmou que, bom naturalmente, relativamente às obras e rapidamente, quem o ouviu e viu falar nos últimos quatro anos, enquanto Vereador da Oposição e quem o vê agora, relativamente à questão do atraso das obras, é, verdadeiramente, uma inversão. E ele, Vereador Fernando Silvério, fala, por exemplo, das obras que estão paradas há dois anos. É dessas que ele fala. É dessas que ele fala, que estão paradas há dois anos. Que desculpasse lá. Se o Senhor Presidente quiser, ele, Vereador Fernando Silvério, já explicou aqui e, se calhar, como os Senhores não estão habituados, ou nunca fizeram obra, não estão habituados a fazer candidaturas, a fazer projetos, a arranjar financiamento, imagina que tenham essa dificuldade em perceber. O facto é que, ele sabe, não gostam de ouvir, interrompem, mas ele vai-se calar. Perguntou ao Senhor Presidente se podia continuar. Agradeceu ao Senhor Presidente. Por isso é que não gostam de ouvir e interrompem por causa disso. Ele, Vereador Fernando Silvério, fala de obras que estão paradas há dois anos, sem qualquer justificação. E, já agora, a talhe de foice, se o Senhor Presidente quer falar, por exemplo, acerca da Av.ª João XXIII, ele recorda-se que as obras iniciaram. Só a título de curiosidade, se calhar, o Senhor Presidente nem sabe disto, mal as obras iniciaram, apareceu lá um Senhor a dizer que era Vereador das Obras da Câmara

Municipal de Nelas, mesmo antes de ter tomado posse e disse ao Empreiteiro para parar as obras. E o Empreiteiro parou as obras. Foi lá um Senhor a dizer que era o Vereador das Obras da Câmara Municipal de Nelas, mesmo antes de ter tomado posse e mandou parar as obras. Por isso, se calhar, se as obras não tivessem estado paradas tanto tempo, porventura, agora, até já estariam noutra fase porque as obras, às vezes, demoram algum tempo, demoram algum tempo. E volta-lhe a dizer: Quando ele fala em atraso é paragem das obras sem qualquer justificação, porque aconteceu, como é óbvio, porque foram feitas muitas obras no mandato anterior, muitas obras e algumas com atraso, é verdade, mas vinha sempre aqui uma justificação, vinha aqui um Relatório da Fiscalização, ou um Relatório do Empreiteiro a pedir prorrogações. E, até ao dia de hoje, o Senhor Presidente, relativamente, por exemplo, à Área de Acolhimento Empresarial, não trouxe aqui um único argumento, uma única razão, para que as obras estejam paradas. Isto é um facto. Isto é um facto. Bom, relativamente à questão da Linha da Beira Alta, para terminar esse assunto, como é óbvio, para eles, não é, nunca foi, nunca será uma questão política de Governos, quem está, quem não está. Eles estão aqui todos para defender o nosso território. E acha que eles já deram mostras disso. E eles já deram mostras disso. Por isso, a questão política aqui não se coloca. E, naturalmente, também a intervenção da Câmara, a capacidade de intervenção da Câmara numa obra destas é algo limitado, como é óbvio, como é óbvio. Agora, é preciso também é ter poder de reivindicação. É preciso ter poder de reivindicação. E atira como exemplo, outros projetos, não sabe se esta Câmara, este Executivo tem essa capacidade de reivindicação. Agora, relativamente, só para terminar, o Senhor Presidente fala aí acerca de várias coisas do Mercado, do Empreiteiro, o facto é que o Mercado está fechado. Esse é o facto. O Mercado está fechado. E só para terminar mesmo, dirigindo-se ao Senhor Presidente, vê o seu embaraço e compreende o seu embaraço na questão da promoção, ou não, naquilo que aconteceu na homenagem que foi feita ao Cristiano. Ele, Vereador Fernando Silvério, lamenta porque noutros Municípios, naturalmente, aproveitam também essas situações, pessoas, Associações, Entidades, para promover o território, para promover os produtos, para promover as pessoas, para promover as gentes, coisa que o Senhor Presidente não faz. E, ultimamente, o que tem acontecido é esta Câmara, em termos culturais, em termos de Eventos, tem andado a reboque das Instituições do Concelho, tem andado a reboque das Instituições do Concelho, tem andado a reboque. Esta é a sua opinião. Agradeceu ao Senhor Presidente. ----------

---- O Senhor Presidente afirmou que, muito bem, ficava a opinião do Senhor Vereador Fernando Silvério. Deu a palavra ao Senhor Vereador Artur Ferreira, pedindo-lhe que fosse sucinto, se não se importasse. ----------

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que será sucinto. Duas coisas: Primeiro, o Cristiano Pereira. Se alguém não tem nada que apontar, que não devemos ter nada a apontar é com o Cristiano Pereira. O Cristiano Pereira foi homenageado pelo Município por duas vezes, enquanto ele esteve Vereador de 2013 a 2017 e o Senhor Presidente, agora, quando foi nesta data. Foi assim. Foi uma proposta feita pelos Senhores Vereadores da Oposição para o Senhor Presidente votar favoravelmente. Foi assim que foi feito em 2017. Ele, Vereador Artur Ferreira, não esteve presente porque não estava. Mas aquilo que aconteceu foi que houve um convite para os Executivos, como há um convite por parte de uma Associação, ou outra situação, não houve mais nada. Agora, que o deixassem, só a talhe de foice, contar uma situação daquilo que é feito em termos de pressão por parte do Executivo anterior sobre a Linha da Beira Alta. Está ali um documento, se for preciso ele vai buscá-lo, em que foi feita uma proposta do Senhor Presidente da Câmara da altura, imagina que o Executivo também estaria de acordo com aquilo que foi feito, em que, se não fosse feita determinada obra, no caso até era do Apeadeiro do Folhadal, pensa ele, Vereador Artur Ferreira, seria cortada a Variante e se não fosse pavimentada a Variante seria cortada a Variante de Nelas. A Variante foi pavimentada pelo Executivo na altura. Foi uma obra do Executivo e não foi cortada nada. Foi feita uma carta a dizer que cortavam. Quem a fez foi a Câmara porque é obrigação da Câmara. Portanto, estamos a ver as duas situações. Tem sido, por parte do Executivo, feito aquilo que ele acha mais correto. Não gosta de andar muito a fazer manifestações. Acha que,

por vezes, não se ganha nada. É preferível fazer um ofício, como foi feito, a dizer que se não fizerem isto não será feito aquilo que eles querem, do que andarmos a dizer que vamos cortar e deixar de fazer as coisas. Isso é que nós não fazemos. ----------
---- O Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Vice-Presidente, Elsa Rodrigues, pedindo-lhe também para ser sucinta, se puder ser. ----------
---- A Senhora Vice-Presidente, Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, afirmou que só, ainda relativamente aos incêndios, foi feita uma reunião na Junta de Freguesia, onde estiveram todos presentes. Inclusivé, ajudaram as pessoas com menos literacia a preencher todos os questionários e estiveram lá a informá-los de como seriam preenchidos todos e ajudaram-nos, inclusivé, a preencher, bastantes pessoas que estiveram e ajudaram-nas todas. Ficou, inclusivé, a abertura da Junta de Freguesia e pessoas disponíveis para ajudarem no preenchimento dos questionários para quem quisesse dirigir-se lá no horário determinado. Está aqui a D.ª Elizabete, que estava presente e pode confirmar. Portanto, não sabe de que é que fala o Senhor Vereador Ricardo. Relativamente aos assuntos da IP, de facto, quem fez o Projeto da IP foi o Executivo anterior. Quem acompanhou e quem acordou todas as obras paralelas à Linha foi o Executivo anterior. E, obviamente que, agora a IP segue aquilo que está acordado. Ou seja, recusa-se a fazer todo o resto que não esteja escrito e que não esteja acordado, que é o caso dos Apeadeiros. O Executivo concorda, plenamente, que aquilo não tem acessibilidades em condições, nomeadamente, na Urgeiriça. Mas está farto de reclamar relativamente a isso. E o que é que está acordado pelo Executivo anterior? Nada relativamente a isso. Nada relativamente a isso. E eles recusam-se, claro, agora a fazer alguma coisa de novo. O Executivo vai insistir na mesma, mas é isto que se está a passar. E, relativamente à Cultura, ela, Senhora Vice-Presidente, pensa que as Associações Culturais do Concelho nunca foram tão apoiadas como agora. Elas próprias dizem e, por isso, o Executivo não anda a reboque de nada. O Executivo faz aquilo que lhe é possível e de acordo com aquilo que lhe é possível. E tem tido, pensa ela e felizmente, muito sucesso nas atividades culturais desenvolvidas e a desenvolver. Agradeceu ao Senhor Presidente. ----------
---- O Senhor Presidente agradeceu à Senhora Vice-Presidente. Afirmou que, então, só quatro apontamentos finais para, então, irem para o Período da Ordem do Dia. Dizer aos Senhores Vereadores, na questão da pista de cinza, a nova Comissão Diretiva que tomou posse recentemente, quando o Executivo reuniu com eles para preparar a Época 2023/2024, que é a que está em curso, falou-se sobre várias questões. Uma delas tinha a ver com a intervenção no próprio Complexo Desportivo. Falou-se na questão da pista. Falou-se de várias situações. Definiu esta Comissão Administrativa, esta Direção, que a prioridade era a intervenção que foi feita em termos do espaço, do que é o Complexo em si. E, portanto, o Executivo apoiou. Inclusivé, não só apoiou, como contribuiu também nessa fase. E o Executivo também disponibilizou, naturalmente, o esforço que havia, brevemente, também disse que depois façam a solicitação para ir a reunião de Câmara, um apoio que o Executivo está convicto que estará sensivel a toda a gente quando as pessoas também querem evoluir. E o Executivo também falou nesta questão aqui em particular também da pista. E não é, para já, uma questão. Não quer dizer que esteja posta de lado. Mas a prioridade foi para as obras que estiveram a decorrer agora no Complexo Desportivo. Há ainda a questão das pistas de cinza e de alguma utilidade plena da pista em si no que é o treino, porque a pista depois, a cinza fica depois também, com chuva e isso, muito empapada. Portanto, uma solução, eventualmente, podem estar a fazer uma coisa que não será eventual. Mas isto, para dizer, de facto, que era isso que o Senhor Vereador Artur Ferreira queria dizer que, apesar de estar no território, apesar de ser usado pelas Escolas, pelos Clubes e isso, não deixa de ser património não

municipal naquele caso, mas do Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim. E o Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim, neste caso em particular, elegeu a questão da requalificação do espaço envolvente como prioritário. E tem outro projeto que é, como por exemplo, que é sobejamente, conhecido, não só o Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim, como o Sport Lisboa e Nelas, como o Sporting Clube de Santar, como o Sport Vale de Madeiros e Benfica, como toda a gente, é ter sintéticos, que são anseios legítimos de qualquer Direção de uma Associação Desportiva. Nos incêndios, o Relatório, dirigindo-se ao Senhor Vereador Ricardo Borges, o que foi dito ao Executivo e ao Senhor Vereador Rui Marques. Deu a palavra ao Senhor Vereador Rui Marques. ----------
---- O Senhor Vereador Rui Pedro Silva Marques cumprimentou o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores, os Senhores Funcionários e o Estimado Público. Afirmou que o Relatório que o Senhor Vereador Ricardo fala deve ser o Relatório Provisório de Incêndios Rurais 2023, que é o que está disponível na plataforma do ICNF. O Relatório que lhes fazem chegar e que está a ser trabalhado com os Municípios que estiveram envolvidos nos incêndios é o Relatório de Estabilização de Emergência Pós-Incêndios. E esse, sim, é o que vai dar lugar a uma candidatura para este tipo de Estabilização de Emergência. São coisas diferentes. Agora, quando falam aqui, por exemplo, que o Executivo, desde o primeiro momento que houve os incêndios, para já, a Proteção Civil Municipal e a Ação Social Municipal fizeram um trabalho incansável durante o incêndio, ao qual ele dá os parabéns pela forma como se trabalhou, incansavelmente, até os Funcionários da Autarquia. Depois, entretanto, tiveram a preocupação de ter o Senhor Secretário de Estado cá para fazer uma comemoração da Feira do Vinho do Dão, uma abertura. O Executivo meteu um tema na Ordem de Trabalhos dele, que era os incêndios. Foi uma preocupação logo desde a primeira hora. Nessa semana logo após, iniciaram os trabalhos com a nossa Comissão, dos Funcionários e com a Proteção Civil, trabalhos logo de emergência e, juntamente com a Junta Autónoma de Estradas, identificar tudo que seja árvores em riscos de queda para a via, em riscos de queda de zonas que transitassem as comunicações, ou em caminhos transitáveis, que colocassem em perigo os bens, ou as vidas humanas. Celeridade aqui não falta ao Executivo. Ao Executivo, celeridade nos trabalhos não lhes falta. O Executivo desde a segunda semana que tem Equipas na rua, nas quais ele andou também a acompanhar, que ninguém lhe disse. Ele, Vereador Rui Marques, esteve com a D.ª Elizabate em Senhorim depois do incêndio, foi logo das pessoas após se iniciarem e de verem estes Relatórios, que trabalharam. Tem estado sempre em contacto com o Senhor Presidente e com o ICNF a trabalharem de forma a tentar fazer, a fechar as fichas do Relatório para se conseguir submeter e rapidamente venha uma candidatura para o Município de Nelas, para esta Estabilização de Emergência. Nesse sentido, ele, Vereador Rui Marques, por acaso, andou a pesquisar quando, na última reunião de Câmara, o Senhor Vereador Fernando Silvério falou do exemplo de 2017. É estranho, quando ele, Vereador Rui Marques, pergunta aos Funcionários da Autarquia como é que se desenvolveu, ou qual foi a linha que a Autarquia teve, direta, por exemplo no apoio à agricultura, ou o apoio aos Municipes, logo de primeira mão e a ele disseram-lhe: Fizemos o levantamento e ficámos á espera que abrisse uma candidatura. Não entende, não sabe qual é o espanto, os processos são iguais. Era só isso. Agradeceu ao Senhor Presidente. ----------
---- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Rui Marques. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. ----------
---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente pela oportunidade. Dirigindo-se ao Senhor Vereador Rui Marques, afirmou que, então, ou informaram-no mal, ou o espanto é mesmo este. Está mesmo espantado terem-lhe dito isso. O Senhor Vereador Rui Marques, se calhar, não se recorda desse ano de 2017. Não está recordado. Foi feita, através de um Fundo, despesa logo, inicial, por parte da Câmara, alimentação para animais, lenha e tudo o resto. O Senhor Vereador Rui Marques, se calhar, não perguntou às pessoas certas, se calhar, não perguntou às pessoas certas. Agradeceu ao Senhor Presidente. ----------
---- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Fernando Silvério. Afirmou que achava que o Senhor Vereador Rui Marques sintetizou o que é o pensamento, diz ele. Sobre o

incêndio, duas, ou três questões, que ele, Senhor Presidente, acha que são importantes e que são: Em abono da verdade, em 2017 foi, dizemos, em 2017 foi a maior tragédia que nos assolou. Não foi só o Concelho de Nelas, mas foi esta Região e portanto, teve aquele apoio, aquele impacto todo a nível nacional também com a linha de financiamento criada. E muito bem. Mas o nosso território, infelizmente, é assolado várias vezes. E tirando esse de 2017, nem sempre houve esta preocupação para fazer este levantamento a esta linha de apoio. Portanto, ele, Senhor Presidente, acha que ao longo dos anos sempre tiveram incêndios, independentemente, de serem 200, ou 300 hectares, não têm tido, felizmente, incêndios na encosta do Rio Dão, graças a Deus, não têm tido. Mas já lá tiveram também incêndios com uma amplitude grande. Ele, Senhor Presidente, está a dizer uma coisa que lhe parece clara. O incêndio, depois fala do Cristiano da mesma maneira, da mesma maneira, com a mesma aceção. O incêndio de 23 de agosto, ele, Senhor Presidente, acha que é importante fazer uma coisa, que é o que toda a gente faria, que é: Um - A preocupação em socorrer as pessoas, claramente, no dia, com a Ação Social, com Voluntários, até Funcionários do próprio Município que se predispuseram a apoiar, a colaborar e alguns até estão aqui sentados, a ajudar. E, portanto, houve gente que se predispôs desde a primeira hora, fora de horas, para ficarem a ajudar, o que é notabilíssimo. Depois, dizer que a primeira questão foi mesmo apoiar as pessoas e, particularmente, as pessoas mais desprotegidas, que estavam, socialmente, isoladas e a Ação Social andou no terreno logo nos dias, imediatamente, a seguir. E isto é factual. Não é conversa só porque fica bonito na fotografia. Não, é verdade. Andou lá e andou a Proteção Civil. E andaram a falar com as pessoas? Sim. E depois também andaram a fazer o que lhes foi pedido logo na altura, com o ICNF, que é fazer este Relatório de Estabilização porque é urgente ser feito. E foram feitas reuniões aqui na Câmara com o ICNF, foram feitas reuniões em Viseu com o Senhor Comandante Sub-Regional da CIM Viseu Dão Lafões, com o ICNF e com os Organismos todos que têm a ver, com os Bombeiros de Nelas, de Canas de Senhorim e com os Bombeiros da Região. E, portanto, esse trabalho foi feito. Havia várias coisas a fazer ao mesmo tempo. Era esse trabalho que decorrerá deste Relatório, que não era esse. Ele, Senhor Presidente, tinha dúvidas que seria esse. Mas também o que lhes foi dito também pelo ICNF foi: Este Relatório é Preliminar, ainda não é Definitivo, portanto, é para vosso conhecimento. Vai à Comissão Diretiva. Quando for aprovado então voltará para trás e é o Relatório que nós vamos fornecer, naturalmente, como é óbvio, é um Relatório Final. Mas quando o Senhor Vereador disse isso e ainda bem que o Senhor Vereador Rui foi recuperar isso e não tem a ver com o Relatório que foi entregue ao Executivo. Mas esta parte da Fase de Estabilização e o Senhor Vereador Rui Marques também é testemunha disso e falou nisso, o Município esteve já, desde logo, a trabalhar, com a desobstrução das linhas de água, com a questão de árvores que estavam em risco de queda. Ele, Senhor Presidente, não está a dizer o contrário. Está a dizer é que esse tipo de acompanhamento foi feito. Mas, pelo que estão a dizer, parece que as coisas, ou foram feitas mais tarde, ou depois, os levantamentos iguais. Não as vai invocar, mas há pessoas que estão nesta sala que foram também contactadas nesse sentido logo quase a seguir. Não está a dizer porque por acaso estão cá, mas houve outras pessoas a que também foram feitos contactos. Ele, Senhor Presidente, não sabe que tipo de informação, ou contra-informação, é como diz o Senhor Vereador Fernando Silvério, que ao Senhor Vereador Rui Marques foi-lhe dito uma coisa e a outras foi dito outras. Até pode ser. Ele, Senhor Presidente, está a dizer que ao Senhor Vereador Rui Marques, umas pessoas disseram-lhe isto e o Senhor Vereador Fernando Silvério disse que, se calhar, o Senhor Vereador Rui Marques não ouviu as pessoas corretas. E, ele, Senhor Presidente, diz aos Senhores Vereadores a mesma coisa. O Executivo, desde a

primeira hora, com a Ação Social, com a Proteção Civil, com o apoio das Juntas de Freguesia, tem feito um trabalho notabilíssimo. Atenção para ver uma coisa: A folha de registo é uma coisa simples. Não é uma coisa complexa. Até isso foi trabalhado com a DRAP Centro. Foi a DRAP Centro que disse ao Executivo que o iria ajudar a agilizar esse documento que servisse como prova. E esse documento é super simples de preencher. Independentemente disso, há Profissionais da Autarquia, Funcionários da Autarquia e não só e Políticos também, que estão a fazer o acompanhamento e a ajudar as pessoas a preencher um formulário. Aliás, não é um formulário. Aquilo é uma folha que é só um registo do que as pessoas perderam. Não tem complexidade nenhuma. Inclusivé, na Junta de Freguesia de Senhorim há o apoio feito para quem lá for, para ajudar a preencher. As pessoas também ajudam a preencher. Portanto, isso, ele, Senhor Presidente, não acredita que alguém tenha receio de vir à Câmara. Mas, para evitar isto, o Executivo fez a história do Maomé, as pessoas não têm que vir à Câmara reportar. Foi o Executivo lá. Foi o Executivo que disse às pessoas: Preencham as folhas aqui na Junta de Freguesia. Se quiserem também podem ir à Câmara que são bem atendidas. E, portanto, esse acompanhamento foi feito desde o princípio. Isto leva-o à questão da homenagem ao Cristiano Pereira. Ele não vai problematizar porque é o seguinte: Nem o Cristiano Pereira, nem a homenagem em si, merecem algum ruído. Portanto, não o vai fazer. Mas terá toda a questão a falar depois num âmbito muito mais geral. O que ele, Senhor Presidente, quer dizer é que também seria expectável, julga ele, que o Município, que é a Entidade maior, digamos assim, do território do Município, que é a Câmara Municipal de Nelas, fosse também envolvida, digamos assim, na homenagem. É a sua modesta opinião e vale o que vale. Até porque muitos dos que são os galardões, foram atribuídos aqui na reunião da Câmara Municipal, os Votos de Louvor, vários, aliás. Já vêm os Votos de Louvor desde 2015, para aí e bem. Ele, Senhor Presidente, mantém aquilo. O Cristiano, os seus resultados desportivos são o que eles enaltecem. Continua a achar que o maior defeito que o Cristiano tem é ele próprio superar todos os desafios que vai tendo na vida. É claro que os resultados desportivos são o que lhe dão notoriedade, mas, ele, Senhor Presidente, gosta daquela parte do Cristiano superar-se a ele próprio. E o Executivo, além desses Votos de Louvor, desses Agradecimentos e Reconhecimentos e muito bem, feitos por toda a gente, por todo o Executivo, por todos os Senhores Vereadores e muito bem, como não podia deixar de ser, tem a Medalha de Mérito Municipal. Foi-lhe atribuída até pelo anterior Executivo e bem. E foi nomeado Embaixador por este Executivo, Embaixador Municipal e bem. E, portanto, ele, Senhor Presidente, julga que a homenagem podia ter sido feita ainda com outra latitude. E por isso é que ele diz que não quer problematizar. Para terminar, sobre aquela questão que o Senhor Vereador Fernando Silvério costuma dizer, às vezes, insurge-se contra os apartes que ouve da parte de alguém do Executivo, ou de um Senhor Vereador, ou isso. Pronto. Muito bem. Que o Senhor Vereador Fernando Silvério deixasse que lhe dissesse também que o Senhor Vereador Fernando Silvério domina bem a língua portuguesa e ainda bem. E diz isto, sinceramente, até porque é reciproco. Também sabe. Estão a falar do que sabem e, portanto, não é a primeira, nem é a segunda vez que se refere, em particular, ou à Senhora Vice-Presidente, ou ao Senhor Vereador Artur Ferreira: É natural que não saiba. Essa expressão costuma usá-la. E o é natural, ainda agora acabou de a dizer, que o Senhor Vereador Fernando Silvério não levasse a mal. Não está em ata. Pronto. Ele, Senhor Presidente, percebe o que é natural que não saiba, que não que não domina um documento, ou isso. Mas, só para dizer uma coisa ao Senhor Vereador Fernando Silvério: Ele, Senhor Presidente, não sabe se, eventualmente, ou também quando já também é recorrente, até com o Senhor Vereador Artur Ferreira, de que na obra, porque nunca fizeram obras, porque não sabem como é que foram e por isso é que há o atraso, ou isso, ele, Senhor Presidente, acha isso uma coisa, verdadeiramente, notabilíssima. É como se, por alguma divina unção superior, parece que a questão de planear, ou fazer obra, ou executar, tenha caído na graça e no regaço de uma ideologia qualquer. E, portanto, as outras ficaram de parte. Supõe que não é isso. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. ----------

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou que ele, Vereador

Fernando Silvério, daquilo que ele se recorda, das suas participações nestas reuniões, nunca insultou ninguém. Pediu ao Senhor Presidente que o deixasse continuar, até para terminarem isto, nunca insultou ninguém. E às vezes, admite que possa ser um bocadinho, digamos assim, mais ríspido nalgumas observações. E quando ele acha que o é, pede desculpa, pede desculpa. Nunca aqui, a esta Mesa, nunca o ouviu a insultar ninguém, como ele já ouviu aqui. E esta é a verdade. Esta é a verdade. E, ele, Vereador Fernando Silvério, a esta Mesa nunca insultou ninguém. Outra coisa é, e o Senhor Presidente sabe bem disso e sabe tão bem como ele que umas coisas são apartes e que, às vezes, até servem para enriquecer o debate, os apartes. Outra coisa são as interrupções. E que deixasse que lhe dissesse, não pode deixar de lhe dizer, que o Senhor Vereador Artur Ferreira é catedrático nisso, é catedrático nisso. É interromper sistematicamente. E eles sabem disso. Com toda a bonomia. Agora, isso é um facto. E o Senhor Presidente sabe que é isso. Agradeceu ao Senhor Presidente. ----------
---- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Fernando Silvério. ----------
---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério pediu ao Senhor Presidente só mesmo cinco segundos e não volta a falar mais nessa questão dos incêndios. Para rematar, o Senhor Presidente sabe que, logo na primeira reunião a seguir aos incêndios, eles, aqui deram os parabéns à Câmara Municipal, aos Serviços Municipais, à Ação Social, por tudo aquilo que a Câmara fez. E reitera isso. Outra coisa é a questão do levantamento dos prejuízos, isso é outra questão, dirigindo-se ao Senhor Presidente, e o único receio que ele tem e não vai voltar a falar acerca disso e o único receio que ele tem é que abram linhas de apoio e que a Câmara Municipal de Nelas não tenha o trabalho de casa feito para que possa concorrer a esses apoios. É o único receio que ele tem. Agradeceu ao Senhor Presidente. ----------
---- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Fernando Silvério. Afirmou que, então, para concluir, é assim: Pode ficar sossegado. Dizer-lhe que, só mesmo para, atenção que, às vezes, encerrar assuntos não é fácil. Os assuntos são importantes. Mas, pronto, também temos que prosseguir. Dizer uma coisa que lhe parece clara e rápida sobre isto: As pessoas também, de alguma maneira e até em 2017, não está a imputar responsabilidades a ninguém, houve muita gente que fez candidaturas, que fez reportes e depois a contrapartida, ou não veio, ou depois também veio muito tarde. E criou expetativas e criou a ideia nas pessoas que, se calhar, fazer um reporte, ou fazer algum levantamento, que possa não levar a lado nenhum. Depois, há uma outra questão também complexa, que é criar expetativas às pessoas que possam não depois chegar a qualquer lado. Independentemente disso, eles até o disseram aqui na reunião de Câmara, assumiram, completamente, o risco. Disseram às pessoas que estão a fazer este levantamento com este objetivo. E o com este objetivo é, o que é que o Executivo também fez? É o levantamento e é, junto das Entidades assegurar que, de alguma forma, possa haver uma linha de financiamento, quer com a Senhora Ministra da Coesão, quer com a Senhora Ministra da Agricultura, a ser tratado com o Ministério da Agricultura, quer com a CCDRC. Em qualquer uma destas circunstâncias, ninguém disse que iria haver um Aviso para o efeito. Ninguém lhes garantiu isso. Mas também ninguém pôs de parte. O que o Executivo disse é: Faça-se, faça-se o inventariar, faça-se o levantamento e apresente-se. Agora, se calhar, se por acaso não houver nenhum Aviso, quem andou com este trabalho todo vai responsabilizar a Câmara pela expetativa que foi criada. E ele, Senhor Presidente, não se importa nada porque esse trabalho teve que ser feito. Agora, o trabalho está feito. Independentemente disso, o Executivo, ele, Senhor Presidente, pode falar por qualquer um daqui, telefonaram às pessoas, visitaram as pessoas, visitaram as quintas, falaram informalmente, pediram às pessoas todas, umas para fazer o passa palava, fizeram o Edital, fizeram reuniões. Isto, para dizer o quê? Isto por causa dos apartes. O levantamento nunca

está concluído. Foi o que ele lhe disse. O Executivo tem um prazo que o que lhes pediram, as linhas de financiamento, para entregar até ao final deste mês o reporte todo. E ele nunca estará completo. E o Executivo ainda continua com ações de sensibilização e pediu nas sessões: Por favor, peçam aos outros, aos vizinhos, aos outros proprietários. Para conseguirem chegar a todo o lado. E, se calhar, não vão conseguir. Mas, ficar com a ideia de que chegarão o mais longe possível. E, portanto, sim, independentemente disso, de qualquer maneira e vai vir à próxima reunião de Câmara, que foi feita depois também nesse sentido, havendo, ou não havendo, há aqui uma questão que é a resposta imediata a proprietários e a agricultores, que foi quem perdeu aquelas coisas, já falaram nisso, tão simples como a lenha para o inverno, ou o feno, ou o que é a alimentação para os animais, ou mesmo a sua própria agricultura de subsistência, aquelas pequeninas coisas que, às vezes, podemos não dar valor. E, embora, também lhes dissessem que não é fácil e os Senhores Vereadores sabem isso, arranjar forma da Autarquia, do seu erário, conseguir dar um apoio direto, há maneiras legais de fazer isso e virá na próxima alteração orçamental também a reunião de Câmara. Não é um valor substancial? Não. Mas permitirá, neste levantamento, a quem perdeu coisas tão simples como a lenha para o inverno, ou o azeite, ou o que quer que seja e vai ser privilegiado, privilegiado isto dito desta maneira, ele, Senhor Presidente, vai corrigir, vai ser recentrado em quem lhe faz mais falta. Não quer dizer que aos outros não faça falta, aos grandes proprietários. Mas faz mais falta a uns, em primeira instância, na economia familiar, do que a outros. Portanto, sobre esta parte agora, foi, como sempre, um bom Período de Antes da Ordem do Dia, com 120 minutos. Então, os três Votos de Louvor: Para o Evento da Feira Medieval, pela excelência e qualidade intrínseca, pela homenagem ao Cristiano Pereira e ao Nelson Santos também Campeão Nacional de Trail Ultra Endurance XL. Fantástico. E punha, então, a votação. -------
---- Assim, os três Votos de Louvor foram aprovados por unanimidade. ----------
---- O Senhor Presidente afirmou que ficou-lhe aqui um apontamento final. E ele não ficaria de bem com ele se não dissesse que lhe passou, que é a primeira FETI. É um Evento que tem a ver com o Emprego Técnico no Interior, promovido pela Interioriza-te, com o apoio do Município e de diversas Entidades e Instituições, os Agrupamentos de Escolas de Nelas e de Canas de Senhorim, as empresas, tem 15 Expositores, no Mercado Municipal e o Instituto Politécnico de Viseu, a Universidade Católica e o Instituto Piaget, as Instituições de Ensino Superior do nosso Distrito, da nossa Região, que tem a ver com uma parte importantíssima, até porque falou-se nisso, também do tecido empresarial, que tem a ver com o Ensino Profissionalizante, com o Ensino Técnico e que, de alguma forma, este certame é direcionado para eles, para ensinar a fazer currículos, para saber o que é que eles vão ingressar mais tarde, de várias formas, ou na via profissionalizante, ou nos CEPES, ou nas licenciaturas, ou ingressar diretamente no mercado de trabalho e depois ter a possibilidade de fazer os CEPES. Portanto, uma iniciativa notável, notabilíssima, de uma grande Instituição que é a Interioriza-te, que muito nos honra. Posto isto, no que é o Período de Antes da Ordem do Dia, por hoje e por esta reunião, fica concretizado, sem antes ficar tudo, naturalmente, resolvido, mas sobre os assuntos que, certamente, voltarão a eles porque são temas da Atualidade e da Ordem do Dia. ----------

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – ÓRGÃOS DA AUTARQUIA

1.1.DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA ANTERIOR, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2023

---- O Senhor Presidente afirmou que ia, naturalmente, seguir a metodologia das reuniões anteriores. Se, quando os Senhores Vereadores, assim o entenderem, que queiram intervir, que estivessem à vontade. Perguntou aos Senhores Vereadores se havia alguma alteração, ou alguma questão que queiram pronunciar. ----------
---- A Câmara deliberou, por maioria, com seis votos favoráveis, do Senhor Presidente da Câmara, Joaquim Augusto Alves Amaral e dos Senhores Vereadores Elsa Maria Abrantes

Loureiro Rodrigues, Fernando António Pais Silvério, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Aires Manuel Antunes dos Santos e Rui Pedro Silva Marques e uma abstenção do Senhor Vereador Ricardo Manuel Salvador Borges, aprovar a ata da reunião ordinária anterior, realizada em 11 de setembro de 2023. ----------
---- O Senhor Presidente afirmou que o Senhor Vereador Ricardo Manuel Salvador Borges se absteve em virtude de não ter estado presente na reunião a que a ata se refere. ----------

1.2.DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA ANTERIOR, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2023

---- A Câmara deliberou, por maioria, com seis votos favoráveis, do Senhor Presidente da Câmara, Joaquim Augusto Alves Amaral e dos Senhores Vereadores Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, Fernando António Pais Silvério, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Aires Manuel Antunes dos Santos e Rui Pedro Silva Marques e uma abstenção do Senhor Vereador Ricardo Manuel Salvador Borges, aprovar a ata da reunião ordinária pública anterior, realizada em 25 de setembro de 2023. ----------
---- O Senhor Presidente afirmou que Senhor Vereador Ricardo Manuel Salvador Borges absteve em virtude de não ter estado presente na reunião a que a ata se refere. ----------

2 – OBRAS PÚBLICAS

2.1.CONSTRUÇÃO DA ETAR DE NELAS III E SISTEMA INTERCETOR - CONSTRUÇÃO DA ETAR DE NELAS III – LIBERAÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 13435, datada de 29/09/2023, do Serviço de Contratação Pública, que a seguir se transcreve: ----------
---- "Construção da ETAR de Nelas III e Sistema Intercetor - Construção da ETAR de Nelas III - Liberação parcial de caução ----------
---- 1- De acordo com o previsto no n.º 5 do artigo 295.º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pelo decreto – Lei 111-B/2017, de 31 de agosto, que aprovou o Código dos Contratos Públicos (CCP) e o republicou no seu anexo III, o contraente público promove a liberação da caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, nos seguintes termos: ----------
---- a) No final do 1.º ano, 30% do valor da caução; ----------
---- b) No final do 2.º ano, 30% do valor da caução; ----------
---- c) No final do 3.º ano, 15% do valor da caução; ----------
---- d) No final do 4.º ano, 15% do valor da caução; ----------
---- e) No final do 5.º ano, os 10% restantes. ----------
---- 2 - Mais estabelece o referido código, no seu artigo 12.º, n.º 3, que o referido regime de liberação das cauções se aplica a todos os contratos de empreitadas de obras públicas em vigor ou que tenham os respetivos prazos de garantia em curso à data da entrada em vigor do atual Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto. ----------
---- 3 - No caso da empreitada em assunto, a mesma foi adjudicada à entidade «Embeiral, Engenharia e Construção, S.A." pelo valor contratual de 2.000.000,01 €, sem IVA, valor sobre o qual incidiram as retenções de 5% efetuadas nos autos de medição e 5% efetuados por garantia bancária, quer na empreitada inicial, quer nos trabalhos a mais. A Receção Provisória Parcial da obra ocorreu a 01/11/2021. O prazo de garantia é o estipulado na cláusula 45.ª do caderno de Encargos. ----------

---- 4 - A Embeiral, Engenharia e Construção, S.A. enviou um ofício a 10 de março de 2023, a solicitar a liberação de 30%, apenas do valor total da retenção e não das garantias. ----------
---- Parecer dos Serviços ----------
---- 5 - Atendendo a que a Receção Provisória foi parcial, só será calculada a percentagem de 30% sobre as retenções efetuadas nos autos de medição 1 a 39, trabalhos a mais n.ºs 1, 2 e 3 e revisão de preços, correspondente ao 1.º ano. Feito o cálculo das respetivas retenções (119.713,61 €) e correspondente percentagem de 30% sobre as mesmas, obteve-se o valor total de 35.914,08 €, sem IVA, valor a liberar, nos termos da al. a) do n.º 1 do art.º 295.º do CCP. ----------
---- 6 - Assim, propõe-se o agendamento da vistoria para efeitos da elaboração do respetivo Auto de liberação parcial de caução nos termos do artigo 295.º do CCP e do número anterior.
---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª." ----------
---- O Senhor Presidente afirmou que os Senhores Vereadores tinham o documento com eles, com o Parecer dos Serviços. É um procedimento natural em termos do que é a empreitada. ----
---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a liberação parcial de caução referente à empreitada "Construção da ETAR de Nelas III e Sistema Intercetor - Construção da ETAR de Nelas III", nos termos e de acordo com a informação interna n.º 13435, datada de 29/09/2023, do Serviço de Contratação Pública, atrás descrita. ----------

3 – DIVERSOS

3.1.ATRIBUIÇÃO DE TARIFÁRIO SOCIAL – REQUERENTE: ANABELA CRISTINA RAMOS TEIXEIRA GOUVEIA – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente um requerimento de Anabela Cristina Ramos Teixeira Gouveia solicitando que lhe seja atribuído o tarifário social. ----------
---- O Senhor Presidente afirmou que, no que é o ponto 3.1., por sugestão dele, Presidente da Câmara e com a anuência, se os Senhores Vereadores não se importarem, retirariam este ponto e remetê-lo-iam para a próxima reunião de Câmara. ----------
---- A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar este ponto da Ordem de Trabalhos. ----------

3.2.REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVO - REQUERENTES: RAFAEL FILIPE DE JESUS SAMPAIO E ANA ISABEL DE FIGUEIREDO PINTO - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente um requerimento de Rafael Filipe de Jesus Sampaio e Ana Isabel de Figueiredo Pinto solicitando a atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento do seu filho no dia … de junho de 2023. ----------
---- O Senhor Presidente afirmou que os pontos 3.2, 3.3 e 3.4 têm a ver com o Regulamento de Incentivo à Natalidade. Pedidos de atribuição de incentivo. Uma política de natalidade com a qual ele, Senhor Presidente, se identifica na sua plenitude e que lhes tem dado boas dores de cabeça. As boas dores de cabeça é porque têm aparecido muitos pedidos, o que é bom sinal. As boas dores de cabeça são o que depois implicam na parte financeira. Mas é muitíssimo bom. Eles vão, se calhar, terminar o ano com, à vontade, setenta e tal mil euros. Mas é um investimento, claramente, um investimento e, digamos, um apoio que faz sentido e é pena não poder ser feito até de outra forma. ----------
---- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido dos requerentes Rafael Filipe de Jesus Sampaio e Ana Isabel de Figueiredo Pinto referente à atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento do seu filho no dia … de junho de 2023. ----------

3.3.REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVO - REQUERENTES: JOÃO PAULO DOS SANTOS REBELO E CHEILA PEREIRA FONSECA - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente um requerimento de João Paulo dos Santos Rebelo e Cheila Pereira Fonseca solicitando a atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento da sua filha no dia … de agosto de 2023. ----------

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido dos requerentes João Paulo dos Santos Rebelo e Cheila Pereira Fonseca referente à atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento da sua filha no dia … de agosto de 2023. ----------

3.4.REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVO - REQUERENTES: HUGO MIGUEL ALVES NUNES E TERESA MARGARIDA DOS SANTOS PEREIRA NUNES - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente um requerimento de Hugo Miguel Alves Nunes e Teresa Margarida dos Santos Pereira Nunes solicitando a atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento da sua filha no dia … de agosto de 2023. ----------

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido dos requerentes Hugo Miguel Alves Nunes e Teresa Margarida dos Santos Pereira Nunes referente à atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento da sua filha no dia … de agosto de 2023. ----------

3.5.RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL - SINISTRO NO BAIRRO DR. AUGUSTO ROSADO, EM NELAS - LIMPEZA URBANA - REQUERENTE: ANDRÉ FILIPE CARVALHO DA SILVA - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 12944, datada de 22/09/2023, do Gabinete Jurídico desta Câmara Municipal, que a seguir se transcreve: ----------

---- "Responsabilidade civil extracontratual - Sinistro no Bairro Dr. Augusto Rosado, em Nelas - Limpeza urbana - Requerente: André Filipe Carvalho da Silva ----------

---- I - Dos factos: ----------

---- O Munícipe André Filipe Carvalho da Silva, devidamente identificado no requerimento com o registo de entrada n.º 10311, de 12/08/2022, apresentou uma reclamação pelos danos sofridos na sua viatura com a matrícula 04-02-EF, requerendo o pagamento das despesas inerentes à reparação da mesma, no montante total de 116,36€ (cento e dezasseis euros e trinta e seis cêntimos), conforme fatura/recibo apresentada. ----------

---- De acordo com os esclarecimentos prestados pelo munícipe em 27 de abril de 2023, os factos ocorreram no dia 8 de agosto de 2022, no Bairro Dr. Augusto Rosado, em Nelas, e consubstanciaram-se no seguinte: ----------

---- A viatura encontrava-se estacionada na via pública e, na sequência dos trabalhos de limpeza levados a cabo por trabalhadores da autarquia, a mesma ficou danificada no vidro lateral frente direito. ----------

---- II - Do Direito: ----------

---- O Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas foi aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro. ----------

---- Dispõe o artigo 7.º do referido Regime que "O Estado e as demais pessoas coletivas de direito público são exclusivamente responsáveis pelos danos que resultem de ações ou omissões ilícitas, cometidas com culpa leve, pelos titulares dos seus órgãos, funcionários ou agentes, no exercício da função administrativa e por causa desse exercício". ----------

---- A responsabilidade civil por atos de gestão pública corresponde, no essencial, ao conceito civilístico de responsabilidade civil extracontratual por factos ilícitos e que tem consagração legal no artigo 483.º do Código Civil. ----------

---- São, deste modo, seus pressupostos cumulativos: ----------

---- a) O facto ilícito, que se traduz num comportamento ativo ou omissivo de natureza voluntária; ----------

---- b) A ilicitude, traduzida na ofensa de direitos ou interesses de terceiros ou de disposições legais destinadas a protegê-los; ----------

---- c) A culpa, que deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor; ----------
---- d) A existência de um dano, ou seja, uma lesão de ordem patrimonial ou moral; ----------
---- e) O nexo de causalidade entre a conduta e o dano, apurado segundo a teoria da causalidade adequada. ----------
---- Mas vejamos concretamente cada um dos pressupostos: ----------
---- a) Comportamento omissivo de natureza voluntária (facto voluntário) - só há responsabilidade civil extracontratual quando os danos resultam de factos humanos domináveis pela vontade, ou seja, atos em sentido próprio que podem consistir quer em ações, quer em omissões (artigo 7.º, n.º 1 e 8.º, n.ºs 1 e 2 do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas). ----------
---- No que respeita à responsabilidade civil emergente de omissões depende da existência de um dever de praticar a ação omitida, geralmente designado como "dever de garante". ---------
---- No caso sub judice existe um comportamento omissivo, pois o Município tem a responsabilidade de garantir os meios de proteção adequados para a limpeza dos espaços públicos e, efetivamente, à data dos factos e conforme decorre da informação prestada pelos Serviços, os meios utilizados não foram suficientes para evitar os danos. ----------
---- b) Ilicitude - traduzida na ofensa de direitos ou interesses de terceiros ou de disposições legais destinadas a protegê-los. ----------
---- No caso sub judice, a existência de facto ilícito traduzido numa omissão, por parte do Município, causou danos materiais à reclamante, havendo, assim, uma ofensa a direitos e interesses legalmente protegidos, como é exemplo o direito de propriedade do reclamante sobre o seu veículo. ----------
---- c) Culpa - O artigo 7.º, n.º 1 do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, estabelece que o Estado e as demais pessoas coletivas de direito público são exclusivamente responsáveis pelos danos que resultem de ações ou omissões ilícitas no exercício da função administrativa. O "juízo de culpa", nestes casos, vive paredes-meias com o juízo de ilicitude da conduta, resultando da aferição deste último por um comportamento padrão exigível aos serviços do Município, que eles podiam e deviam ter efetivamente cumprido, isto é, na forma de negligência traduz uma censura dirigida ao autor de facto por não ter usado da diligência que teria o homem normal – o "bonus pater familiae" – perante as circunstâncias do caso concreto ou no âmbito da responsabilidade civil extracontratual da Administração por facto ilícito, daquela que teria um funcionário ou agente típico sendo a culpa dos órgãos e agentes da Administração apreciada abstratamente (artigo 487.º do Código Civil), mas tendo sempre presente a submissão destes ao princípio da legalidade, respeitando o facto negativo, omissão do dever de previsão ou do dever de prevendo, implica sempre o conhecimento da situação omissa. ----------
---- Ora, no caso vertente, o Município deveria ter criado as condições de segurança para que a limpeza do espaço público decorresse sem incidentes, pelo que o Município responde pela culpa a título de negligência (artigo 493.º, n.º 1 do Código Civil). ----------
---- d) Dano - O dano, ou prejuízo, pode ser definido como a diminuição ou extinção de uma vantagem que é objeto de tutela jurídica. Trata-se de um pressuposto da responsabilidade civil administrativa (artigo 7.º, n.º 1 e 8.º, n.º 1 do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas) que decorre da própria função do instituto da responsabilidade civil administrativa em geral. Aqui o dano é patrimonial, uma vez que é suscetível de avaliação pecuniária e que se traduziu em danos no vidro lateral frente direito da viatura. ----------
---- e) Nexo de causalidade entre a conduta e o dano - Para que haja responsabilidade civil é necessário que o dano possa ser objetivamente imputado ao facto voluntário, isto é, é necessário que haja nexo de causalidade. Esta exigência está implícita nos artigos 7.º, n.º 1 e 8.º, n.º 1 do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, quando se referem aos atos ilícitos e culposos. Para a teoria da causalidade adequada, um dano é imputado a um facto voluntário quando, perante a prática deste, fosse

previsível em condições de normalidade social, a produção do primeiro; em caso de omissão, existe nexo de causalidade quando tenha sido omitida a ação que, em condições de normalidade social, teria previsivelmente permitido impedir a produção do dano. ----------
---- No caso sub judice, considera-se que o nexo de causalidade entre o facto e o dano existe, ou seja, a ocorrência do acidente e os estragos por ele provocados resultaram, direta e necessariamente, da omissão do uso dos meios necessários (artigo 563.º do Código Civil) e o Município era, em abstrato, a entidade responsável. ----------
---- A ilicitude juridicamente relevante é, por força do disposto no artigo 9.º do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, a que resulta da violação de disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infrinjam regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos. ----------
---- Verificando-se todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual e por força do disposto no artigo 493.º, n.º 1 do Código Civil, conclui-se que se verifica a culpa do Município, a título de negligência, na produção do sinistro sub judice. ----------
---- III - Parecer dos Serviços: ----------
---- Posto isto, e tendo em consideração o princípio da legalidade que constitui o fundamento, o critério e o limite de toda a atuação administrativa, verificando-se cumulativamente os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual, somos de parecer que o Município se deve responsabilizar pelos danos causados na viatura, reconstituindo a situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obriga à reparação (artigo 562.º do Código Civil). Atendendo ao facto de o valor dos danos ser inferior à franquia fixada no âmbito do seguro de responsabilidade civil do Município [250,00€ (duzentos e cinquenta euros)], propõe-se o pagamento da correspondente indemnização no valor de 116,36€ (cento e dezasseis euros e trinta e seis cêntimos). ----------
---- Salvo melhor opinião, é este o nosso parecer. ----------
---- É o que nos cumpre informar, o Senhor Presidente da Câmara superiormente o decidirá."
---- O Senhor Presidente afirmou que havia aí um pedido, embora, em abono da verdade, o Executivo também tem solicitado para que seja feito, já há muito tempo também e anteriormente também acontecia, os que decorrem das limpezas urbanas. Mas, de facto, começa também a ter que haver necessidade e também há instruções nesse sentido, de haver um cuidado acrescido porque uma coisa é o que decorre e eles vão acreditar que são incidentes. Mas os incidentes não têm que ter uma grande incidência, digamos assim. Mas, de acordo com o que é a informação do Serviço, foi a danificação de uma viatura, dentro da franquia, propõe o Serviço que seja feito o pagamento no total de 116,36 euros. ----------
---- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar o pagamento do valor de 116,36 euros ao Munícipe André Filipe Carvalho da Silva, referente aos danos sofridos na sua viatura, com a matrícula 04-02-EF, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 12944, datada de 22/09/2023, do Gabinete Jurídico desta Câmara Municipal, atrás descrita. ----------

4 – CONTABILIDADE

4.1.PAGAMENTO DE FATURAÇÃO DIVERSA – SETEMBRO DE 2023 – CONHECIMENTO

---- O Senhor Presidente afirmou que era referente aos pagamentos efectuados de 1 a 30 de setembro de 2023. Está dado conhecimento. Naturalmente que os Senhores Vereadores

podem e devem, se assim o entenderem, pedir informação mais pormenorizada sobre algum dos registos de pagamentos que constam no documento. ----------

---- A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Senhor Presidente da Câmara, Joaquim Augusto Alves Amaral, durante o mês de setembro de 2023, no total de 1.412.745,94 euros (um milhão quatrocentos e doze mil setecentos e quarenta e cinco euros e noventa e quatro cêntimos), referente a Operações Orçamentais e no total de 1.668,29 euros (mil seiscentos e sessenta e oito euros e vinte e nove cêntimos), referente a Operações de Tesouraria, descritos em relação elaborada pelos Serviços de Contabilidade. ----------

4.2.ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO MUNICIPAL, N.º 12 E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO N.º 12, DO ANO DE 2023 – CONHECIMENTO

---- Presentes as alterações ao Orçamento Municipal n.º 12 e às Grandes Opções do Plano n.º 12, do ano de 2023, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo I), fazendo dela parte integrante.

---- O Senhor Presidente afirmou que também estava dado conhecimento. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. ----------

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que, rapidamente, de realçar que é mais uma alteração orçamental em que se transitam dotações de Investimento, de Despesa de Capital para Despesa Corrente. Mas, sobretudo, a ele o que o chamou à atenção foram dois factos. Primeiro, chamou-o a atenção é confrontar aquilo que lá está. Há um reforço de 23.000,00 euros para a Feira Medieval de Canas de Senhorim. Já estavam na rubrica 20.000,00 euros. São adstritos mais 23.000,00 euros, pensa ele. E outro facto que aí tem que registar é que tem a ver com o Orçamento Participativo. O Senhor Presidente falava no Orçamento Participativo, a participação dos Municipes e ele, Vereador Fernando Silvério, concordava e concorda. E o facto é que estavam lá 10.000,00 euros e ficou lá com 1,00 euro. Estamos a terminar o ano em que está, digamos, a preparar-se, naturalmente, para fazer o Orçamento para 2024. E, então, no Orçamento Participativo, 10.000,00 euros que estavam, deixa lá a rubrica com 1,00 euro. É mais uma daquelas coisas, aqueles discursos redondos, o Orçamento Participativo, as transmissões em direto das reuniões de Câmara e das Assembleias Municipais. Bom, isso é. Bom, foi isso que lhe apraz registar. Agradeceu ao Senhor Presidente. ----------

---- O Senhor Presidente, dirigindo-se ao Senhor Vereador Fernando Silvério, afirmou que só queria dizer uma coisa, que era o seguinte: Como ouvia com alguma regularidade, o mandato tem 4 anos e que deixasse que lhe dissesse, que é o seguinte: Independentemente disso tudo, vai assistir às reuniões descentralizadas e às reuniões por videoconferência. Portanto, é um upgraid muito grande em relação ao que era o passado. Depois, dizer uma coisa do que é o reforço da verba da Feira Medieval. O reforço da Feira Medieval, naturalmente, que foi feito porque há uma dotação que é feita da Feira Medieval e, para o próximo ano, tendo em conta o Evento também e a projeção que poderia, eventualmente, ter como foi apresentado em termos do que era até a Animação da Feira e ter toda a amplitude e também o facto de ter outra dimensão e outra visibilidade e outra notoriedade por diversas questões. Houve uma proposta de ser feito um reforço nesse sentido para a Feira ter ainda uma envolvência maior. E, portanto, foi esta a decisão do Executivo fazer esse reforço de verbas para a Feira Medieval. O Executivo dizer, por exemplo, que a Feira Medieval dá aqui um avanço do que é de dotação orçamental da Feira, se pouco, se muito, mas bastante significativa em relação ao anterior. Sobre o Orçamento Participativo é, precisamente, o contrário do que o Senhor Vereador Fernando Silvério disse, porque é assim: O Orçamento Participativo, o que lá está é do Orçamento de 2023. E, como, de facto, estamos em outubro, o Orçamento Participativo em 2023 não faz tanto sentido. Agora, em 2024, sim, faz sentido. Daí, 1,00 euro na rubrica. É por isso que está lá. Por isso, é o seguinte: Como o Senhor Vereador Fernando Silvério sabe e tem conhecimento e experiência de tudo o que tem a ver com uma gestão, desde as planificações, às obras e a parte financeira também, saberá que um Orçamento Participativo é feito para uma candidatura que funciona ao longo de um ano civil. Portanto, o ano civil está concluído. Não foi concretizado? Não, não foi. Mas, de qualquer maneira, como não foi concretizado, tem que ser concretizado no ano seguinte no Orçamento de 2024, que é o que faz sentido. E, portanto, tudo o que é e o Senhor Vereador Fernando Silvério tem conhecimento disso, do

movimento de rubricas que possam, eventualmente, serem feitas para alocar, por exemplo, o reforço em outras atividades, sim, claramente, que sim. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. ----------
---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra, naturalmente. Afirmou que era só para reforçar, naturalmente, que estamos em final de 2023 e o Orçamento Participativo não foi executado. Ele só registou esse facto. Estamos em final de 2023 e não foi executado, assim como também muitas das outras coisas. Mas, bom. Agradeceu ao Senhor Presidente. ----------
---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que depois verão também isso. Deu a palavra ao Senhor Vereador Artur Ferreira, pedindo-lhe que fosse sintético, se não se importar. ----------
---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que era só para reforçar esta ideia de que, no mandato de 2017 a 2021 foi votado numa Assembleia Municipal para o Executivo de então criar o Regulamento do Orçamento Participativo e para o pôr em prática. Portanto, passou 2017 a 2021, não foi posto em prática. Em 2022 também não foi posto em prática. Em 2023 também não. Mas estão preocupados, realmente, com isto. Portanto, houve uma deliberação. Para quem disse há pouco que era importante aceitar, democraticamente, as opiniões uns dos outros, houve na Assembleia Municipal uma deliberação para o Executivo Municipal pôr em prática o Orçamento Participativo e não foi posto. E, neste momento, estão a discutir isto. -----
---- O Senhor Presidente afirmou que, então, estava dado conhecimento. ----------
---- A Câmara tomou conhecimento das alterações ao Orçamento Municipal n.º 12 e às Grandes Opções do Plano n.º 12, do ano de 2023. ----------

5 – OBRAS PARTICULARES

5.1.INFORMAÇÃO DE DECISÕES GERADORAS DE CUSTO OU PROVEITO FINANCEIRO

5.1.1.LICENCIAMENTO DE OBRAS, LOTEAMENTOS, DESTAQUES, PROPRIEDADES HORIZONTAIS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, DEFERIDOS E INDEFERIDOS – CONHECIMENTO

---- O Senhor Presidente afirmou que estava dado conhecimento. ----------
---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, referente a processos de licenciamento de obras, loteamentos, destaques, propriedades horizontais, informações prévias e outros, deferidos e indeferidos no período compreendido entre 17 de setembro de 2023 e 04 de outubro de 2023, a qual fica anexa a esta ata, (Anexo II), fazendo dela parte integrante. ----------

5.1.2.LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO EMITIDAS – CONHECIMENTO

---- O Senhor Presidente afirmou que estava dado conhecimento. ----------
---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, referente a alvarás de licenciamento/comunicações prévias/certidões de obras, emitidas no período compreendido entre 18 de setembro de 2023 e 06 de outubro de 2023, a qual fica anexa a esta ata (Anexo III), fazendo dela parte integrante. ----------

5.1.3.PROCESSOS DE LICENCIAMENTOS, COMUNICAÇÕES PRÉVIAS, LOTEAMENTOS, DESTAQUES, PROPRIEDADES HORIZONTAIS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, ENTRADOS NOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO – CONHECIMENTO

---- O Senhor Presidente afirmou que estava dado conhecimento. ----------

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, referente a processos de licenciamentos, comunicações prévias, loteamentos, destaques, propriedades horizontais, informações prévias e outros, entrados na referida Unidade Orgânica, no período compreendido entre 18 de setembro de 2023 e 05 de outubro de 2023, a qual fica anexa a esta ata (Anexo IV), fazendo dela parte integrante. -------

5.2.RELAÇÃO DE LICENÇAS E ADMISSÕES DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA E LICENCIAMENTOS A CADUCAR, PRECEDIDAS DE AUDIÊNCIA PRÉVIA, NOS TERMOS DO ART.º 71.º, DO DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM POSTERIORES ALTERAÇÕES - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- O Senhor Presidente afirmou que estava de acordo com a informação dos Serviços que os Senhores Vereadores também têm aí. ----------

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a caducidade das licenças e admissão de comunicações prévias, a caducar, precedidas de audiência prévia, constantes na relação elaborada pela Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, nos termos do art.º 71.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com posteriores alterações, no período compreendido entre 18 de setembro de 2023 e 06 de outubro de 2023, a qual fica anexa a esta ata (Anexo V), fazendo dela parte integrante. ----------

6 - LICENCIAMENTOS DIVERSOS

6.1.PEDIDO DE LICENCIAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE – 4 PLACAS PUBLICITÁRIAS – REQUERENTE: SANTAR VILA JARDIM, LD.ª, COM SEDE NA CASA DOS CONDES DE SANTAR E MAGALHÃES, EM SANTAR - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 11776, datada de 30/08/2023, do Serviço de Taxas e Licenças, que a seguir se transcreve: ----------

---- "Licenciamento municipal de publicidade ----------

---- Recebido requerimento com registo de entrada n.º 6763, de 07/06/2022, em que Santar Vila Jardim, Lda., com sede na Casa dos Condes de Santar e Magalhães, em Santar, solicita o licenciamento municipal de 4 placas publicitárias, a colocar por período anual, nos triângulos das rotundas de Casal Sancho e do Millennium em Nelas, informa-se V. Ex.ª do seguinte: -----

---- 1. Placa publicitária é o suporte não luminoso aplicado em paramento visível, com ou sem emolduramento, cuja maior dimensão não excede 1,50m; ----------

---- 2. Uma vez que se trata de ocupação do espaço público para fins distintos dos referidos no artigo 6.º, do RMOEPPMN, o regime aplicável à pretensão é o de licenciamento municipal; -

---- 3. Ao abrigo do n.º 1, do artigo 24.º, do RMOEPPMN deve ser solicitado parecer a outras entidades, que dispõem de 30 dias seguidos para se pronunciarem; ----------

---- 4. A competência para apreciação dos pedidos de licenciamento de ocupação do espaço público sob jurisdição municipal e afixação e difusão de mensagens publicitárias é da Câmara Municipal (alíneas a) e b), do n.º 2, do artigo 25.º, do RMOEPPMN), sem prejuízo dos mecanismos de delegação de competências previstos por lei; ----------

---- 5. Esta competência encontra-se delegada no Presidente da Câmara (Reunião de Câmara de 22/10/2021). ----------

---- Do pedido: ----------

---- 1. A requerente solicita o licenciamento anual de 4 placas a colocar nos triângulos das rotundas de Casal Sancho e do Millennium em Nelas; ----------

---- 2. Através de ofícios nº 4019 e 4020, de 15/06/2022, foram consultadas as respetivas juntas de freguesia; ----------

---- 3. A Junta de Freguesia de Santar/Moreira pronunciou-se favoravelmente; ----------
---- 4. A Junta de Freguesia de Nelas não se pronunciou; ----------
---- 5. Tal facto não impede que o processo possa prosseguir e ser proferida a decisão final (n.º 2 do artigo 24.º do RMOEPPMN); ----------
---- 6. A taxa a aplicar está prevista no n.º 2.1.7 do artigo V da Tabela de Taxas, a saber: 27.94€/0.33m^{2}x12 meses=27.94€ x 4 placas, perfazendo o total de 111.76€. ----------
---- Da decisão: ----------
---- Face ao exposto, considero que não existe inconveniente no deferimento da pretensão, ficando à consideração de V/ Exa. o sentido da decisão. ----------
---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª." ----------
---- O Senhor Presidente afirmou que os Senhores Vereadores também tinham o documento.
---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o licenciamento municipal de 4 placas publicitárias, a colocar por período anual, nos triângulos das rotundas de Casal Sancho e do Millennium, em Nelas, em que é requerente a empresa Santar Vila Jardim, Ld.ª, com sede na Casa dos Condes de Santar e Magalhães, em Santar, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 11776, datada de 30/08/2023, do Serviço de Taxas e Licenças desta Câmara Municipal, atrás descrita. ----------

6.2.COMUNICAÇÃO PRÉVIA - REGIME SIMPLIFICADO - REDE DE INFRAESTRUTURA DE COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS - PEDIDO DE INSTALAÇÃO DE REDE DE INFRAESTRUTURA DE COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS - INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES - LOCAIS: FONTANHEIRAS E VILAR SECO - REQUERENTE: DERIVADAS E SEGMENTOS, S.A. - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 12336, datada de 07/09/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, que a seguir se transcreve: ----------
---- "Comunicação prévia – Regime simplificado - Rede de infraestrutura de comunicações eletrónicas - Pedido de instalação de rede de infraestrutura de comunicações eletrónicas - Infraestruturas de telecomunicações - Locais: Fontanheiras e Vilar Seco - Requerente: Derivadas e Segmentos, S.A. ----------
---- Pretensão: A empresa comunica que pretende instalar cabos de telecomunicação, com fixação de postes DST, para suporte de linha aérea, na Rua de São Silvestre, em Fontanheiras, bem como na Rua de São Salvador, em Vilar Seco, conforme documentos em anexo. ----------
---- Apreciação do projeto: (Artigo 19.º da Lei 05/2004, de 10/02, bem como o artigo 7.º do D.L. 123/2009 de 21/05 alterado pelo D.L. n.º 95/2019, de 18 de Julho, conjugado com os artigo 35.º, 36.º e 36.º-A do o Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na atual redação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE). ----------
---- Enquadramento Legal: O Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, retificado pela Declaração n.º 43/2009 e objeto de posterior alteração (D. L. n.º 258/2009), estabelece o regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas, à instalação de redes de comunicações eletrónicas e à construção de infraestruturas de telecomunicações em loteamentos, urbanizações, conjuntos de edifícios e edifícios. ----------
---- Artigo 7.º - Construção por empresas de comunicações eletrónicas de infraestruturas aptas. ----------

---- 1 - Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a construção por empresas de comunicações eletrónicas de infraestruturas aptas, fora do âmbito das operações de loteamento, de urbanização ou edificação, rege-se pelo presente Decreto-Lei, bem como pelo procedimento de comunicação prévia previsto nos artigos 34.º e 35.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as subsequentes alterações, excecionando-se deste regime: ----------
---- a) A instalação e funcionamento das infraestruturas sujeitas a autorização municipal nos termos do Decreto-Lei n.º 11/2003, de 18 de janeiro; ----------
---- b) As obras necessárias para evitar situações que ponham em causa a saúde e a segurança públicas, bem como as obras para a reparação de avarias ou resolução de desobstruções. ------
---- 2 - Nos casos referidos na alínea b) do número anterior, deve a empresa proceder, no dia útil seguinte, à comunicação ao município da realização das obras, pelos meios de comunicação disponíveis e que se mostrarem mais adequados. ----------
---- 3 - Os elementos instrutórios da comunicação prévia são fixados de acordo com o previsto no n.º 4 do artigo 35.º do regime jurídico da urbanização e da edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, neles se incluindo obrigatoriamente: ----------
---- a) Comprovativo do anúncio prévio de realização das obras de construção, realizado no prazo e nos termos previstos no artigo 9.º; ----------
---- b) Extrato da consulta ao SIIA, do qual resulte a ausência de informação no SIIA relativa a infraestruturas aptas integradas no domínio público que permitam satisfazer as necessidades da empresa de comunicações eletrónicas interessada, ou comprovativo da recusa de acesso com fundamento numa das situações previstas no n.º 2 do artigo 14.º e no artigo 15.º; ----------
---- c) Comprovativo do deferimento do pedido de atribuição de direito de passagem ou do decurso do prazo, previsto nos n.os 4 e 6 do artigo anterior, se for aplicável ao caso. ----------
---- 4 - O mero acesso físico a infraestruturas aptas para instalação ou manutenção de cabos de comunicações eletrónicas, equipamentos ou quaisquer recursos de redes de comunicações, bem como dispositivos de derivação, juntas ou outros equipamentos necessários à transmissão de comunicações eletrónicas naquelas redes, não configura obras de construção, pelo que não está abrangido pelo presente artigo. ----------
---- Artigo 8.º - Obrigações das empresas de comunicações eletrónicas perante os municípios.
---- Quando efectuem obras no domínio público municipal, as empresas de comunicações eletrónicas ficam obrigadas: ----------
---- a) À reposição de pavimentos, espaços verdes e de utilização coletiva, quando existentes;
---- b) À reparação das infraestruturas que sejam danificadas em consequência da intervenção.
---- Análise dos Serviços: Trata-se da ligação de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas, para instalar nos arruamentos referidos. Propõe a instalação de linhas aéreas, pois não existe rede subterrânea na proximidade - 6 postes DST nas Fontanheiras e 39 postes DST em Vilar Seco. ----------
---- 3 - Conclusão: Salvo melhor opinião, não vejo inconveniente na comunicação prévia apresentada, desde que cumpra com o disposto nas peças escritas e desenhadas, bem como quaisquer normas e regulamentos aplicáveis à instalação de equipamentos e sistemas de redes das redes de comunicações eletrónicas. ----------
---- 3.1 - Deverá a empresa comunicante, previamente à sua realização: ----------
---- a) Solicitar a estes serviços técnicos municipais uma vistoria ao local, quando do início dos trabalhos; ----------
---- b) Atendendo à hipótese de durante os trabalhos de abertura da vala poderem-se vir a provocar ruturas nas redes de águas e esgotos, deverá o requerente, previamente à sua realização, solicitar a informação ao Serviço do Ambiente Municipal, de forma a informar do cadastro das infraestruturas; ----------
---- c) Os trabalhos não deverão impedir o trânsito no arruamento, devendo a obra ser devidamente sinalizada, de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 01 de outubro, alterado pelo D.R. n.º 41/2002 de 20 de agosto; ----------
---- d) As obras deverão ser devidamente identificadas com painel informativo onde conste o tipo de trabalhos e a empresa responsável pela sua execução; ----------

---- e) A construção das infraestruturas de alojamento de redes de comunicações eletrónicas deverá respeitar o Manual ITUR (Infraestruturas de Telecomunicações em Loteamentos, Urbanizações e Condomínios) emitido pela ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações; ----------

---- f) Deverá comunicar o início dos trabalhos à G.N.R. local. ----------

---- É o que nos cumpre informar, o Senhor Presidente da Câmara superiormente o decidirá."

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de autorização para instalação de rede de infraestrutura de comunicações eletrónicas, em Fontanheiras e Vilar Seco, em que é requerente a empresa Derivadas e Segmentos, S.A. e construtora a empresa Domingos da Silva Teixeira, S.A, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 12336, datada de 07/09/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, atrás descrita. ----------

6.3.PEDIDO DE ABERTURA DE UMA VALA NA VIA PÚBLICA PARA ATRAVESSAMENTO COM CONDUTA DE ÁGUA, ESGOTOS E ELETRICIDADE. LOCAL: URGEIRIÇA. REQUERENTE: ANTÓNIO LOUREIRO FERREIRA - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 12808, datada de 20/09/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, que a seguir se transcreve: ----------

---- "Pedido de abertura de uma vala na via pública para atravessamento com conduta de água, esgotos e eletricidade. Local: Urgeiriça. Requerente: António Loureiro Ferreira ----------

---- I. Petição ----------

---- O requerente pretende abrir uma vala no mesmo local da anterior, no tardoz do prédio, com 0,80 m de profundidade, por 0,40 metros de largura, numa extensão de 9 metros, para instalação de uma conduta para abastecimento de água, esgotos e eletricidade ao anexo que possui do outro lado do caminho. ----------

---- II. Parecer dos Serviços ----------

---- - No local em causa, é procedimento usual os moradores das frações efetuarem uma ligação aos anexos existentes no tardoz, para abastecimento de água ou fornecer energia elétrica. Este logradouro constitui área de cedência do loteamento, para espaço público, competindo assim ao Município licenciar a ocupação da via pública através da abertura de valas. ----------

---- - De visita efetuada ao local, não vejo inconveniente na ocupação do subsolo da via pública, com a respetiva interrupção do trânsito durante a execução dos trabalhos, para colocação das condutas, desde que observadas as seguintes condições: ----------

---- a) O atravessamento dos 9,00 metros da via pública está sujeito ao pagamento da taxa municipal anual pela ocupação do espaço público com conduta até de 20 cm de diâmetro: 0,63 x 9 mlx 1ano = 5,67 €/ano; ----------

---- b) Atendendo à hipótese de durante os trabalhos de abertura da vala poderem-se vir a provocar ruturas nas redes de águas e esgotos, deverá o requerente, previamente à sua realização, solicitar a estes serviços vistoria ao local (Contactar o Serviço do Ambiente Municipal), de forma a informar do cadastro das infraestruturas; ----------

---- c) Caso os trabalhos impeçam o trânsito no arruamento, a obra deverá ser devidamente sinalizada, de acordo com o Decreto-Regulamentar n.º 22-A/98, de 01 de outubro, alterado pelo D.R. n.º 41/2002, de 20 de agosto. Deverá informar da GNR local do dia da realização dos trabalhos; ----------

---- d) As obras deverão ser devidamente identificadas com painel informativo onde conste o tipo de trabalhos e a empresa responsável pela sua execução; ----------

---- e) É da responsabilidade do requerente a abertura da vala, bem como a reposição do pavimento; ----------
---- f) O requerente deverá solicitar a estes serviços a presença no local de um técnico desta Câmara Municipal, quando da realização dos trabalhos de reposição das condições iniciais, de forma a certificarem-se de que a vala seja devidamente compactada e pavimentada, após a colocação dos tubos; ----------
---- g) Tratando-se de um ramal privado de abastecimento de água, deverá prestar caução, mediante garantia bancária, numerário ou outro meio que garanta a caução, no valor dos trabalhos de reposição de solos e pavimento, destinada a assegurar a boa e regular execução das obras. ----------
---- Isto é: - Comprimento da vala = 9,00 metros; - Profundidade média da vala = 0,80 metros. - Largura da vala = 0,50 metros. ----------
---- O valor da caução é de 107,28 €. Após conclusão dos trabalhos, poderá solicitar aos Serviços que realizem a vistoria ao local, para verificar a correta reposição do pavimento, com a finalidade de libertar a respetiva caução. ----------
---- É o que nos cumpre informar, o Senhor Presidente da Câmara superiormente o decidirá."
---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de abertura de uma vala na via pública para atravessamento com conduta de água, esgotos e eletricidade, no local de Urgeiriça, em que é requerente António Loureiro Ferreira, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 12808, datada de 20/09/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, atrás descrita. --------

6.4.PEDIDO DE PARECER RELATIVO À CONSTITUIÇÃO DO REGIME DE COMPROPRIEDADE DE UM PRÉDIO RÚSTICO. LOCAL: RUA MARIA OLÍVIA BARBOSA REIS, EM CANAS DE SENHORIM. REQUERENTE: FERNANDO ANTÓNIO DA SILVA SIMÕES HENRIQUES - COMPROPRIETÁRIOS: 1 – JOSÉ AUGUSTO VASCONCELOS CASTANHEIRA PEREIRA; 2 – MARIANA MOURAZ LOPES DOS SANTOS - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 13437, datada de 29/09/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, que a seguir se transcreve: ----------
---- "Pedido de parecer relativo à constituição do regime de compropriedade de um prédio rústico. Local: Rua Maria Olívia Barbosa Reis, em Canas de Senhorim. Requerente: Fernando António da Silva Simões Henriques - Comproprietários: 1 – José Augusto Vasconcelos Castanheira Pereira; 2 – Mariana Mouraz Lopes dos Santos ----------
---- I. Solicitação do requerente: ----------
---- 1. A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios, de acordo com o número 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 165/99, de 14 de setembro, pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto e pela Lei n.º 10/2008, de 20 de fevereiro. ----------
---- O parecer só poderá ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulta parcelamento físico em violação legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana.
---- II. Parecer dos Serviços: ----------
----1. O requerente solicita parecer favorável de constituição de regime de compropriedade do terreno rústico, sito à "Lameira ou Fojo", artigo n.º 7907, localizado em Canas de Senhorim, Freguesia de Canas de Senhorim, descrito na certidão emitida pela Conservatória de Nelas sob o n.º 2314/19920917, sendo ½ a favor de cada um dos comproprietários propostos. --------
---- 2. Assim sendo, não vejo qualquer inconveniente na pretensão, pelo que sou de opinião que se poderá emitir um parecer favorável. ----------
---- 3. Mais informo que a constituição de compropriedade não conduz ao fracionamento físico da propriedade comum, nem confere quaisquer direitos de construção ou divisão em

lotes com vista ao mesmo fim. ----------
---- É o que nos cumpre informar, o Senhor Presidente da Câmara superiormente o decidirá."
---- O Senhor Presidente afirmou que, tanto o requerente, como os comproprietários, são do conhecimento dos Senhores Vereadores. ----------
---- A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à constituição de compropriedade em nome de José Augusto Vasconcelos Castanheira Pereira e Mariana Mouraz Lopes dos Santos, do terreno rústico, sito à "Lameira ou Fojo", artigo n.º 7907, localizado em Canas de Senhorim, Freguesia de Canas de Senhorim, descrito na certidão emitida pela Conservatória de Nelas sob o n.º 2314/19920917, sendo ½ a favor de cada um dos comproprietários propostos, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 13437, datada de 29/09/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, atrás descrita. ----------

6.5.PEDIDO DE PARECER RELATIVO À CONSTITUIÇÃO DO REGIME DE COMPROPRIEDADE DE UM PRÉDIO RÚSTICO. LOCAL: RUA ESCRITOR CARLOS SOMBRIO, EM CALDAS DA FELGUEIRA. REQUERENTE: VANESSA LOUREIRO MOTA - COMPROPRIETÁRIOS: 1 – VANESSA LOUREIRO MOTA; 2 – JOSÉ MIGUEL FERNANDES FONSECA - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 12470, datada de 12/09/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, que a seguir se transcreve: ----------
---- "Pedido de parecer relativo à constituição do regime de compropriedade de um prédio rústico. Local: Rua Escritor Carlos Sombrio, em Caldas da Felgueira. Requerente: Vanessa Loureiro Mota - Comproprietários: 1 - Vanessa Loureiro Mota; 2 - José Miguel Fernandes Fonseca ----------
---- I. Solicitação da requerente: ----------
---- 1. A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios, de acordo com o número 1, do artigo 54.º, da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 165/99, de 14 de setembro, pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto e pela Lei n.º 10/2008, de 20 de fevereiro. ----------
---- O parecer só poderá ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulta parcelamento físico em violação legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana.
---- II. Parecer dos Serviços: ----------
---- 1. A requerente solicita parecer favorável de constituição de regime de compropriedade do terreno rústico, sito às "Caldas", artigo n.º 6271, localizado em Caldas da Felgueira, na Freguesia de Canas de Senhorim, sendo ½ a favor de cada um dos comproprietários propostos. ----------
---- 2. Assim sendo, não vejo qualquer inconveniente na pretensão, pelo que sou de opinião que se poderá emitir um parecer favorável. ----------
---- 3. Mais informo que a constituição de compropriedade não conduz ao fracionamento físico da propriedade comum, nem confere quaisquer direitos de construção ou divisão em lotes com vista ao mesmo fim. ----------
---- É o que nos cumpre informar, o Senhor Presidente da Câmara superiormente o decidirá."
---- O Senhor Presidente afirmou que, tanto o requerente, como os comproprietários, são do conhecimento dos Senhores Vereadores, também no que é o Parecer favorável dos Serviços. -

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à constituição de compropriedade em nome de Vanessa Loureiro Mota e José Miguel Fernandes Fonseca, do terreno rústico, sito às "Caldas", artigo n.º 6271, localizado em Caldas da Felgueira, na Freguesia de Canas de Senhorim, sendo ½ a favor de cada um dos comproprietários propostos, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 12470, datada de 12/09/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, atrás descrita. ----------

6.6.PEDIDO DE PARECER RELATIVO À CONSTITUIÇÃO DO REGIME DE COMPROPRIEDADE DE UM PRÉDIO RÚSTICO. LOCAL: RUA DA CANADA, EM LAPA DO LOBO. REQUERENTE: SUSANA ISABEL BRITES DOS SANTOS HENRIQUES - COMPROPRIETÁRIOS: 1 – SUSANA ISABEL BRITES DOS SANTOS HENRIQUES; 2 – PAULO JORGE FRUTUOSO TEIXEIRA - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 12326, datada de 07/09/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, que a seguir se transcreve: ----------

---- "Pedido de parecer relativo à constituição do regime de compropriedade de um prédio rústico. Local: Rua da Canada, em Lapa do Lobo. Requerente: Susana Isabel Brites dos Santos Henriques - Comproprietários: 1 - Susana Isabel Brites dos Santos Henriques; 2 - Paulo Jorge Frutuoso Teixeira ----------

---- I. Solicitação da requerente: ----------

---- 1. A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios, de acordo com o número 1, do artigo 54.º, da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 165/99, de 14 de setembro, pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto e pela Lei n.º 10/2008, de 20 de fevereiro. ----------

---- O parecer só poderá ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulta parcelamento físico em violação legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana.

---- II. Parecer dos Serviços: ----------

---- 1. A requerente solicita parecer favorável de constituição de regime de compropriedade do terreno rústico, sito na Rua da Canada, artigo n.º 2473, localizado na localidade e Freguesia de Lapa do Lobo, sendo ½ a favor de cada um dos comproprietários propostos. -----

---- 2. Assim sendo, não vejo qualquer inconveniente na pretensão, pelo que sou de opinião que se poderá emitir um parecer favorável. ----------

---- 3. Mais informo que a constituição de compropriedade não conduz ao fracionamento físico da propriedade comum, nem confere quaisquer direitos de construção ou divisão em lotes com vista ao mesmo fim. ----------

---- É o que nos cumpre informar, o Senhor Presidente da Câmara superiormente o decidirá."

---- O Senhor Presidente afirmou que o requerente era do conhecimento dos Senhores Vereadores e os comproprietários também, no seguimento do Parecer dos Serviços. ----------

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à constituição de compropriedade em nome de Susana Isabel Brites dos Santos Henriques e Paulo Jorge Frutuoso Teixeira, do terreno rústico, sito na Rua da Canada, artigo n.º 2473, localizado na localidade e Freguesia de Lapa do Lobo, sendo ½ a favor de cada um dos comproprietários propostos, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 12326, datada de 07/09/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, atrás descrita. ----------

6.7.LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO - BAILE MÚSICAL: FESTA DAS VINDIMAS. DIA: 23/09/2023, DAS 15:00 HORAS ÀS 04:00 HORAS DO DIA SEGUINTE - LOCAL: RUA DA ESCOLA, NO LOGRADOURO DO EDIFÍCIO ANTIGO DA ESCOLA PRIMÁRIA, NA VILA DE SENHORIM - REQUERENTE: IRMANDADE NOSSA SENHORA DO VISO - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 12670, datada de 15/09/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, referente ao pedido de licença para recinto improvisado para o Baile Musical - Festa das Vindimas, no dia 23/09/2023, das 15:00 horas às 04:00 horas do dia seguinte, na Rua da Escola, no logradouro do edifício antigo da Escola Primária, na Vila de Senhorim, em que é requerente a Irmandade Nossa Senhora do Viso, na qual se encontra exarado um Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 21/09/2023, que a seguir se transcreve: "No âmbito do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12/09, que altera a Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atendendo à proximidade do evento, pelo carácter de urgência, defira-se a pretensão, nos termos da informação técnica. Este ato deverá ser ratificado na próxima reunião de Câmara Municipal." ----------

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de licença para recinto improvisado para o Baile Musical - Festa das Vindimas, no dia 23/09/2023, das 15:00 horas às 04:00 horas do dia seguinte, na Rua da Escola, no logradouro do edifício antigo da Escola Primária, na Vila de Senhorim, em que é requerente a Irmandade Nossa Senhora do Viso, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 12670, datada de 15/09/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares. ----------

6.8.LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO - BAILE MÚSICAL: FESTA DAS VINDIMAS. DIA: 23/09/2023, DAS 15:00 HORAS ÀS 04:00 HORAS DO DIA SEGUINTE - LOCAL: RUA DA ESCOLA, NO LOGRADOURO DO EDIFÍCIO ANTIGO DA ESCOLA PRIMÁRIA, NA VILA DE SENHORIM - REQUERENTE: IRMANDADE NOSSA SENHORA DO VISO - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 12671, datada de 15/09/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, referente ao pedido de isenção do pagamento das taxas municipais para a licença para recinto improvisado para o Baile Musical - Festa das Vindimas, no dia 23/09/2023, das 15:00 horas às 04:00 horas do dia seguinte, na Rua da Escola, no logradouro do edifício antigo da Escola Primária, na Vila de Senhorim, em que é requerente a Irmandade Nossa Senhora do Viso, na qual se encontra exarado um Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 19/09/2023, que a seguir se transcreve: "No âmbito do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12/09, que altera a Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atendendo à proximidade do evento, pelo carácter de urgência, defira-se a pretensão (isentar a taxa municipal). Este ato deverá ser ratificado na próxima reunião de Câmara Municipal.". ---

---- O Senhor Presidente afirmou que era para isentar. ----------

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de isenção do pagamento das taxas municipais referentes à licença para recinto improvisado para o Baile Musical - Festa das Vindimas, no dia 23/09/2023, das 15:00 horas às 04:00 horas do dia seguinte, na Rua da Escola, no logradouro do edifício antigo da Escola Primária, na Vila de Senhorim, em que é requerente a Irmandade Nossa Senhora do Viso, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 12671, datada de 15/09/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares. ----------

6.9.LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO – MÚSICA AO VIVO, NO DIA 16/09/2023, DAS 21:00 HORAS ÀS 02:00 HORAS DO DIA SEGUINTE. LOCAL: LARGO ABREU MADEIRA, EM CANAS DE SENHORIM - REQUERENTE: FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE CANAS DE SENHORIM – PEDIDO DE

ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 12636, datada de 14/09/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, referente ao pedido de isenção do pagamento das taxas municipais para a licença para recinto improvisado para Música ao Vivo, no dia 16/09/2023, das 21:00 horas às 02:00 horas do dia seguinte, no Largo Abreu Madeira, em Canas de Senhorim, em que é requerente a Fábrica da Igreja Paroquial de Canas de Senhorim, na qual se encontra exarado um Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 21/09/2023, que a seguir se transcreve: "No âmbito do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12/09, que altera a Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atendendo à proximidade do evento, pelo carácter de urgência, defira-se a pretensão (isentar a taxa municipal). Este ato deverá ser ratificado na próxima reunião de Câmara Municipal.". ----------

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de isenção do pagamento das taxas municipais referentes à licença para recinto improvisado para Música ao Vivo, no dia 16/09/2023, das 21:00 horas às 02:00 horas do dia seguinte, no Largo Abreu Madeira, em Canas de Senhorim, em que é requerente a Fábrica da Igreja Paroquial de Canas de Senhorim, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 12636, datada de 14/09/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares. ----------

7 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

---- O Senhor Presidente afirmou que chegaram, assim, ao final do Período da Ordem de Trabalhos da reunião de hoje. E, agora, naturalmente, dava a palavra ao Público que queira intervir. Deu a palavra à D.ª Albertina Guimas. ---------- -

---- A D.ª Albertina Guimas cumprimentou o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores e todos os presentes. Afirmou que já foi aqui falado no assunto da Urgeiriça. Raramente vem às reuniões, quase nunca. E devia vir. Acha que todos os Municipes deviam estar presentes de vez em quando, mas vêm quando lhes interessa, sobretudo. E hoje interessava-lhe o assunto. Interessava-lhe e tem que dizer que, nestes dias, ela pediu no dia 8 de agosto uma reunião ao Senhor Presidente para tratar os assuntos da Passagem da Urgeiriça e foi-lhe marcada uma reunião em 28 de agosto para o dia 29 de setembro, reunião essa que foi remarcada a 6 de setembro para o dia 13 de outubro. E no dia 10 de outubro foi desmarcada. No dia 12 informou que, se não tivesse uma reunião, entretanto, viria aqui. Fizeram uma reunião no dia, salvo erro, 9 de abril. Ora, nessa reunião de 9 de abril expuseram a situação dos Utentes do Bairro dos Engenheiros, da qual já tinha apresentado, tinha enviado, por e-mail, para a Presidência da Câmara e para as Infraestruturas e que, aquando da visita à Urgeiriça em janeiro, salvo o erro, entregou em mão também ao Senhor Presidente o original até dessa carta enviada às Infraestruturas. Pediram, depois, essa reunião, que foi concedida a 9 de março. E que o Senhor Presidente disse-lhes que as Infraestruturas iriam estar presentes aqui em abril e nesse altura convocar-lhos-ia até para uma reunião, uma vez que estavam eles, o Pessoal da Passagem da Feira e nessa altura convocar-lhos-ia. Nunca mais foram convocados. Ela também tinha informado nessa altura que tinham enviado uma carta ao Senhor Primeiro-Ministro e ao Senhor Ministro das Infraestruturas. Desses pedidos, receberam, o Senhor Primeiro-Ministro, na altura, informou-os que tinha enviado a carta para o Gabinete do Senhor Ministro das Infraestruturas. E, dessa carta recebeu informação, uma carta datada de 7 de agosto e que lhes diz o seguinte: Na sequência da reclamação de V. Ex.ªs, dirigida ao Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro em 15 de fevereiro de 2023 e, posteriormente, reencaminhada a este Gabinete, encarrega-me o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas de informar que a Passagem Superior em apreço não pertence às Infraestruturas de Portugal, IP, mas sim ao Município de Nelas, não sendo, por isso, possível à IP realizar intervenções na estrutura que não lhe pertence. Cumprimentos. Perante isto, eles pretendiam essa reunião para saber se isto parava aqui, ou se isto vai continuar. E hoje está

aqui. O assunto foi aqui abordado. O caso das Passagens e da Linha da Beira Alta. Eles são 23 pessoas, com as crianças, que moram naquele Bairro, que moram no Bairro dos Engenheiros. Há quem diga que são poucos, mas, mesmo que fossem 2 eram muitos e iam ter necessidades. Ela acha que são o suficiente para serem olhados de acordo com a necessidade que têm, além de o Senhor Vereador Aires que também mencionou aí o Pessoal que vai para o Hotel Urgeiriça, que eles fazem dali a sua passagem e têm que fazer, muitas vezes, um percurso e sem condições, uma vez que, como foi dito, já no ofício que foi feito de início, aquele viaduto não tem luz, tem as águas do prédio, da vivenda do lado, a cair para cima do passeio. No inverno cria musgo. Depois que andaram a arranjar o viaduto ficaram lamas no chão. Portanto, estava mal, hoje está pior. Não tem um metro de largura e, nalguns lados, o passeio tem 20 centímetros. Portanto, se houver alguém na Urgeiriça que queira vir numa cadeira de rodas a Canas de Senhorim não pode. Não tem por onde. Eles, ali, no Bairro, têm dois casais novos, mas que também têm filhos e que vão os dois a pegar num carrinho de bebé, muitas vezes, quando o viaduto está em piores condições e por causa do trânsito, vão os dois a pegar no carrinho de bebé para fazer a passagem aérea. Há gente que antes ainda alugava táxis para os vir trazer a casa. Não estamos numa fase de as pessoas andarem a pagar muitos táxis. Uns têm carta de condução, outros não têm. A média das pessoas ali tem, anda cerca de 70 anos e amanhã podem deixar de conduzir. Com certeza, vão deixar de conduzir. Não voltam a Canas de Senhorim a não ser paguem um táxi. Precisa-se de ir ao médico. Precisa-se de ir às compras. Precisa-se de ir a todo o lado. Aquilo, eles, se não tiverem o viaduto em condições de passagem, eles têm que ir, ou pela Estrada Nacional, ou pelo viaduto que vai lá a cima dar à Cantina, que é aquele viaduto dos fazendeiros. Esses são os seus meios para saírem do Bairro. Ela acha que alguém tem que ver isto. É a Câmara? Se é a Câmara que seja a Câmara. Ou a Câmara que diga: Tem que fazer isto. Agora, alguém tem que fazer alguma coisa pelas pessoas da Urgeiriça. Ela não está a fazer isto tudo de ânimo leve. O que ela está a fazer e quando ela pegou, com pessoas que não estão aqui porque não puderam vir e isso tudo, mas o Pessoal veio, assinou o abaixo-assinado porque tudo precisa da Passagem de Nível. Quando ela pensou nisto, pensou nos outros. Tem esse defeito. Tem esse defeito de pensar na parte social do Bairro também. Mas eles precisam. O marido daquela Senhora que está ali, da D.ª Beatriz, desde que começou a perder, a andar mais devagar, deixou de poder ir a Canas de Senhorim. E nunca mais pôde passar para o outro lado do Parque. Um excelente Parque que eles têm ali. Mas eles, os Utentes, são separados por uma Linha de Caminho-de-Ferro e não podem ir a esse Bairro. Eles têm-no ali à porta. São as pessoas que o têm mais próximo. O seu quintal pega com a estrada. Mas ficaram sem essa acessibilidade. Estas Senhoras que hoje estão aqui, neste momento, passam todas ainda pela Linha, que já vêm a passar há muitos anos, com grandes perigos. Há um problema, quem responde? Coitados, são eles que passaram, indevidamente, na Linha. Mas acha que alguém tem que ter essa responsabilidade. Se vão por lá é porque não podem ir por outro lado. Ali aquela Senhora cuida da Capela, que mora no Bairro, que está no Bairro de Cima. Acha que toda a gente aqui sabe onde é a Capela da Urgeiriça. Ela é a Zeladora da Capela. Faz os arranjos todos há 40 anos. Há mais de 40 anos. Mas vai deixar de os fazer. Porque ela vai sempre com o seu cestinho das flores e outras coisas pela Linha fora para chegar à Capela. Ela diz: Eu vou deixar de o fazer. Porque ela, neste momento, não sode escadas. É esse o assunto que a trás cá. Eles estão tão perto do outro lado, torna-se mais fácil. Dizem assim: Mas isso só não resolve. Para ir a Canas de Senhorim ainda tem que andar mais um bocado. Sim. Mas eles não têm condições no viaduto para passar para o outro lado. Mas se tiverem ali uma passagem, eles conseguem passar para o outro lado com uma cadeira de rodas, ou um carrinho de bebés, ou um carrinho de compras,

eles podem ir lá. Portanto, ela acha que isto. Não estão aqui por acaso. Que ponderassem um bocadinho. Isso fica na consciência das pessoas e se não podem fazer, digam assim: Olhe, mas vão a tal lado. Vejam lá o que é que podem. Eles estão dispostos a colaborar com as pessoas e querem é que elas colaborem com eles, querem que lhes dêem essa passagem. É preciso fazer o quê? Pede resposta para isto. Já acabou. Agradeceu ao Senhor Presidente. ----------

---- O Senhor Presidente agradeceu à D.ª Albertina Guimas. Deu a palavra à D.ª Elizabete Neves Wire. ----------

---- A D.ª Elizabete Neves Wire cumprimentou todos os presentes. Afirmou que estava cá, em primeiro lugar, com o Movimento em Defesa do Rio Mondego. Já tinha falado na última reunião sobre o convite sobre o debate. Já tem aqui o convite. Pode entregar. Também foi mandado pelo e-mail, acha ela. Então, já devem ter o e-mail. São convidados a vir ao seu debate em Penacova. E se querem participar, vai haver uma receção no final para as pessoas participarem, as Câmaras e vários Movimentos. E depois há comida e bebida no final. Alguém tem que trazer um pouco de animação para as reuniões. Numa palavra mais séria, já sabem que a água é um grande problema e a partir de amanhã acha que vai haver grandes chuvas. E uma preocupação que ela tem é com as valetas em Senhorim. As valetas estão cortadas, mas os aquedutos estão todos bloqueados. Nesta altura, no ano passado, agarrou no trator e na parte de cima da Fonte do Alcaide fez uma pequena lomba na estrada florestal. E isso conseguiu atingir que, de facto, toda a água não fosse correr para a Igreja fora porque estavam já com inundações na Igreja e com pessoas com sacos de areia e coisas assim. A lomba já foi embora porque era uma zona movimentada e, claro, nem devia ter feito, mas preocupa-se bastante. E nós não sabemos o que vem amanhã em termos de águas. Outro assunto que ela tem, que é um assunto de Proteção Civil, que já foi reportado e ela sabe que está a caminho, mas acha que é um pouco mais sério, é que há um ninho enorme de vespa asiática em Senhorim, mas a 20 metros da Pré-Escolar. Um Pastor quase perdeu um olho na semana passada porque ele levou uma picadela ao pé do olho e todas as ovelhas, borregos, já também levaram picadelas e está a afetar o rebanho. Mas é perto, muito perto do Pré-Escolar. Ela sabe que está a andar o processo com a empresa para tirar, mas a sua preocupação são as crianças agora porque estas coisas voam e parece que é mais longe, mas, realmente, se virem no Google Maps, é menos de 20 metros do Pré-Escolar. E eles não querem que nenhuma das crianças. Pois. E, só para acabar, ela sabe que tem vindo cá muitas vezes falar sobre a antena em Fonte do Alcaide. Neste momento, ela, na última reunião, prometeu um documento do seu Advogado sobre a Providência Cautelar. Está aqui o documento. Acha que não vai ler tudo porque está a ficar tarde. Mas vai entregá-lo com as assinaturas de todas as pessoas. A única coisa que ela tem que dizer sobre a situação impar é que, neste momento, o Tribunal não está a funcionar porque o Juiz está doente. Então, não está concluído. Eles tentaram, há duas semanas atrás, pôr as antenas e ela mandou-os embora porque está o embargo feito. E eles voltaram para Lisboa com os papéis, com os documentos que estão em Tribunal. Ela só vai dizer uma pequena coisa sobre a NOS: Isto, para a NOS, é como a formiga na terra. Não é nada. Eles têm respondido tarde. Eles, quando foram a Tribunal, vieram sempre uma hora, uma hora e meia mais tarde. É por isso que não concluíram o julgamento. Não têm respeitado o que o Juiz tem pedido em termos de documentação. Isto, para eles, não importa. Eles não estão interessados. Isto, para eles, pimba, não é nada. Mas para ela é tudo. E é o que está escrito pelo seu Advogado. O seu Advogado tem explicado as respostas da NOS e até da ANACOM. E ela tem outro documento que vai mandar por e-mail, que recebeu da ANACOM em termos de uma resposta ao Tribunal. Mas, pede desculpa, ainda não mandou. Isso quer dizer que o Advogado tem escrito que, basicamente, a Câmara Municipal de Nelas tem todo o poder de revogar este processo em dia e deitar isto tudo abaixo. E ela sabe que são palavras muito claras, mas está tudo escrito. E ela vai mandar também por e-mail para a Câmara. E é tudo. Agradeceu ao Senhor Presidente. ----------

---- O Senhor Presidente agradeceu à D.ª Elizabete Neves Wire. Alertou os Senhores Vereadores que a reunião ainda não tinha terminado. Afirmou que, então, só, então, falar aqui sobre as exposições da D.ª Albertina Guimas e da D.ª Elizabete Wire. Começando pela D.ª Albertina Guimas, se calhar, recentrar muito isso. Há bocadinho não era condicionar. Era

recentrar só. A ponte que nós lá temos foi uma contrapartida da Câmara, na altura, por uma empreitada da IP, já há uns anos largos. Portanto, aquela Passagem Superior é uma Passagem Superior que foi, digamos assim, uma contrapartida, que foi, na altura, também pedida, para fazer com que as pessoas atravessassem a Linha em segurança. Então, o que ele, Senhor Presidente, estava a dizer, basicamente, a D.ª Albertina corroborou aquilo que ele estava a dizer. Quando foi feita a contrapartida, aquela Passagem Superior que lá está, já lá vão uns anos razoáveis, o objetivo era, precisamente, dar segurança para as pessoas passarem de um lado para o outro. A solução técnica, na altura, nós podemos olhar para lá agora e é o que disse. Há quase 30 anos a mobilidade era uma. Agora é outra. Se calhar, na altura, nós não pensávamos tanto na mobilidade até de pessoas, independentemente da idade, quem usa uma cadeira de rodas, ou uma coisa qualquer do género. Mas, pronto, é o que era. E aquilo foi uma contrapartida dada para a Autarquia. E aquela Passagem Superior não é da IP, é da Câmara, como contrapartida, então, é, pelo menos, o que a IP disse, quando esteve cá, recordar-se-ão, seguramente, que eles, quando lá esteve a falar sobre isso, o Senhor Vice-Presidente, Eng.º Carlos Fernandes, que é o Responsável da empreitada, ainda há pouco disse isso, mas é verdade, disse duas coisas. Uma: A contrapartida da IP já está feita, que é a construção dessa Passagem Superior, que é a que lá está. Já lá vão. Portanto, essa era a contrapartida da IP quando foi negociada. Duas: Essa infraestrutura é do Município, é propriedade do Município. O Executivo só ficou com heranças, até essa foi buscar aquela boa. Terceira: No Projeto que eles fizeram, o que eles dizem é que não contemplaram nenhuma outra solução porque como já havia aquela não havia necessidade de construir outra solução. Ora, não é um argumento muito válido porque uma solução há 27 anos não é a mesma coisa de uma solução dos tempos em que correm de tudo que eles já falaram. E não vale a pena serem redundantes. Mas, em abono da verdade, aquela solução já não é a mesma. A forma como as Senhoras subiam e desciam as escadas já não é como agora, as Senhoras, ele, Senhor Presidente, excetuando os mais jovens aqui, estes dois Senhores Vereadores mais jovens e a Senhora Vice-Presidente, sempre jovem, não quer dizer que não tenham a noção disso. Agora, o Projeto não contempla, em abono da verdade, nenhuma intervenção na Passagem Superior da Urgeiriça. Aliás, acha que a D.ª Albertina até ouviu isso da própria boca do Senhor Vice-Presidente quando lá estiveram. Mas, ele, Senhor Presidente, não sabe se a D.ª Albertina ouviu essa parte. O Executivo estava falar com ele quando lá pararam. E depois, ele lembra-se que apareceu a D.ª Albertina. Não sabe se ouviu, se não. Mas, pronto, ele estava, precisamente, a referir isso que, como já tinham uma Passagem Superior, eles sabem muito bem que Passagem Superior é que existe. Mas que não existia, digamos assim, no Projeto outra Passagem Superior. O que foi o compromisso dele, como Vice-Presidente e o Executivo tem, reiteradamente, solicitado isso, é que sem compromisso da IP, ele também foi claro, não quer dizer que a IP faça alguma coisa, mas ia fazer um Estudo, acha que o Senhor Vereador Aires ainda ouviu isso, ia fazer um Estudo para uma Passagem Superior. Uma Passagem que ele disse que seria não sabe quantos metros porque depois teria que ter um deslizante para subir e para descer e eles ficaram ali até a olhar para ele porque é uma solução que implicava ali uma extensão bem razoável. Ele não disse que ia fazer. Vão ter que ser todos claros como a água. Ele disse que ia fazer o Estudo. Que ia apresentar um Estudo. E esse Estudo era qual era a solução técnica e o custo associado. Embora lhe pareça, a ele, Senhor Presidente, que, de facto, é uma questão que está ali há muitos anos para resolver e nenhum deles pensou nisso na altura, o que também é normal. Veem a ponte, não pensaram a 30, ou a 40 anos. O que também é normal porque às vezes é isso que acontece. Nem nós projetamos isso. Mas a resposta que o Executivo teve do Senhor Secretário de Estado, até no decorrer das reuniões que tiveram foi que os Grupos

Parlamentares iriam, eventualmente, receber-vos. E o Senhor Secretário de Estado, a resposta que deu foi aquilo que, infelizmente, é o que o Senhor Vice-Presidente da IP disse. Que a obra, que não há nada que contemple na nova empreitada uma nova Passagem Superior. Ora, o que o Executivo acha que deve ser feito é o reiterar para haver esse Estudo que a IP se comprometeu a entregar. Não a executar, em abono da verdade. Mas, dizer-vos que isto do somos poucos até tem a ver um bocadinho com o que disse a D.ª Elizabate e o que o Executivo fez até com um proprietário. Sabe que não interessa agora falarem sobre isso. Mas, por exemplo, o tabuleiro da Ponte, a Ponte quando se vai para Seia, a Ponte ali sobre a Linha Férrea, se calhar, eventualmente, como aquilo é uma empreitada da IP, o Executivo, se não tivesse feito essa pressão, essa força, se calhar, aquilo já estava feito e o proprietário que lá estivesse depois, como muitos que foram expropriados e muita cosia que aconteceu. Agora, a defesa das pessoas foi feita, de toda a gente, mas, neste caso, ali de uma Família. Dirigindo-se à D.ª Elizabete e à D.ª Albertina, o Senhor Presidente afirmou que para o Executivo uma pessoa é uma pessoa. Podiam ser mil. Mas uma pessoa será sempre uma pessoa. E, por isso, é que, se calhar, o tabuleiro não avançou mais rápido porque a Câmara, Órgão, defendeu uma Família e bem, como tinha que fazer. Se calhar, podia ter sido feito de outra forma, mas foi a forma como foi feita porque houve projetos de viabilidade de construção da Ponte, ou da solução. De todas as soluções, nenhuma delas agradava e voltaram para trás. E, se calhar, já podia estar construído. Agora, era uma Família que era prejudicada. E havia outra questão que não estava salvaguardada também e aí de interesse público, que é, ficava ali e não vai ficar uma solução perfeita, nem nada que se pareça, uma rampa, desculpem a expressão, que também pode ser, para quem nos visita e para muito do que é o trânsito para a Serra da Estrela, uma solução que pudesse inviabilizar os Motoristas que passassem por ali se uma rampa fosse muito desnivelada. O que o Executivo pediu foi: Arranjem uma solução mais suave, que foi a que foi apresentada agora, que arrasta o espraiar, digamos assim, do tabuleiro. Mas que possa permitir uma circulação mais razoável, embora vá lá ficar sempre um elevado, mas para os Municipes, mas também para a economia local porque muito do que é a nossa economia local depende daquilo. Portanto, uma pessoa será sempre uma pessoa. E já vai à D.ª Elizabete. Para concluir, dirigindo-se à D.ª Albertina, o somos poucos, como falou, é irrelevante, até podia ser a D.ª Albertina sozinha, ou a D.ª Albertina e o seu Esposo. Os poucos, ou muitos, vale o que vale. Ele, Senhor Presidente, não está a falar ele porque é bonito dizer isto. Acha que qualquer pessoa, ou qualquer Autarca no seu papel, dir-lhe-ia o mesmo, portanto, não tem dúvidas disso. Agora, em abono da verdade, o que o Executivo tem ali para resolver não é fácil porque há lá uma infraestrutura, em abono da verdade, que existe. E a infraestrutura não resolve nenhum problema. Ainda se pensou fazer uma proposta que também houve outro Município que a propôs e depois recuou por causa de todos os custos associados, que era uma espécie de uma plataforma elevatória, um elevador, entre aspas, que fizesse até lá em cima e depois, ou um monta-cargas, ou uma coisa semelhante. Pensou-se em alguma coisa que também pudesse ser. E isso foi uma coisa que o Executivo apresentou também à IP. Porque há custos diferenciados, até para elevadores. O Executivo, por exemplo, a DGESTE, numa Escola do nosso território, na Escola Eng.º Dionísio Cunha, acabou por colocar lá dois elevadores por causa da mobilidade condicionada de um aluno, mas de outros alunos também que haja e de Professores também. Há lá um Professor também que tem mobilidade condicionada. E o Executivo disse que podia ser uma solução também dessa natureza. Agora, o que nós temos ali é um problema grande de segurança pública porque as pessoas mais experientes, ou mais Séniores, não gosta de utilizar outra palavra, se não aparecer outra solução, vão atravessar a Linha. Custa-lhe dizer isto, mas é o que fazem há muitos anos. Só que há um problema grande. Neste momento, nós estamos mais avançados na idade. Os nossos sentidos não são os mesmos. A velocidade do comboio é outra. O comboio é mais silencioso. Logo, portanto, o que são as nossas condições de segurança são cada vez menores. E, portanto, foi nessa aceção que o Executivo sensibilizou também o Senhor Vice-Presidente. E a mesma questão na Lapa do Lobo. Na Lapa do Lobo não há nenhuma Passagem Superior, mas deveria haver porque, em abono da verdade, nós podemos lá colocar a rede. O que vai acontecer, ele, Senhor Presidente, correndo o risco de dizer isto, até

publicamente e ficar em ata, mas o que vai acontecer, muito provavelmente, é, as pessoas vão passar na mesma, primeiro, na Lapa do Lobo, porque não têm outra alternativa a não ser dar uma volta enorme e, portanto, naturalmente, as pessoas vão atravessando. E na Urgeiriça, igual. Nesta idade, ninguém vai subir, ele já nem está a falar de cadeiras de rodas e de canadianas e de muletas. Mas, mesmo, já uma pessoa de uma certa idade não vai subir aquilo tudo, atravessar aquilo tudo e baixar. É uma pena. O Executivo vai ter que sensibilizar para isso. Mas sabe qual é a realidade das coisas. O que o Executivo alertou foi, precisamente, para isso. Às vezes, nós, para termos noção das coisas, só nos lembramos de Santa Barbara quando troveja. E, às vezes, parece que estaremos à espera que aconteça alguma coisa a que a nós nos fique todos com uma questão e foi isso que o Executivo disse também ao Senhor Vice-Presidente da IP, que há que ter noção de duas coisas. Uma: Estamos a falar de pessoas. Duas: Estamos a falar de pessoas com alguma idade também e, portanto, com outros problemas de locomoção. Ele, Senhor Presidente, sabe que, provavelmente, não dá para meter Passagens Superiores em todo o lado. Se calhar, não é. Mas o Executivo também está numa altura em que tem que tentar arranjar soluções. E a ele, Senhor Presidente, parece-lhe claro que é uma obra da IP. A empreitada é da IP. E a IP, se se socorre do Projetista que, entretanto, já deixou de ser o Projetista que está a fazer o acompanhamento à obra, mas se se queixa do Projetista, também há a altura de corrigir o que o Projetista não fez, particularmente, enquanto está em obra. Dirigindo-se à D.ª Albertina, o Senhor Presidente afirmou que o Executivo tem feito tudo nesse sentido e como lhes disseram, tudo o que possa ser feito, desde a Câmara, desde do que são as representações do espetro político/partidário, seja o arco da Coligação com o PSD e o CDS com os Grupos Parlamentares, seja a representação do Partido Socialista com o Grupo Parlamentar e com o Governo também porque o Governo é do Partido Socialista, quer o que possa ser feito nos outros Grupos Parlamentares, com o Senhor Ministro das Infraestruturas de Portugal, com o Senhor Secretário de Estado, com tudo o que o Executivo possa diligenciar esforços, seja da Câmara, seja da Assembleia Municipal, seja das Juntas de Freguesia, do Grupo de Cidadãos, quanto mais for este sentir que seja chegado a quem de direito, melhor, de certeza, serão os contributos para que haja uma sensibilidade acrescida. Ele, Senhor Presidente, não vai dizer à D.ª Albertina que não vai lá ser feito nada. Aquela não é, uma obra da responsabilidade do Executivo. Em última instância, à semelhança do que muito que aconteceu com a Delegação de Competências e isso, depois das coisas serem feitas é, podia ter sido feito e não foi. E, agora? E agora, depois as pessoas vão olhar para a Câmara. Ele, Senhor Presidente, fez-lhe a pergunta há bocado e a D.ª Albertina respondeu: De quem é a Ponte? É da Câmara desde 1996. Portanto, a Ponte é da Câmara desde essa altura. O que eles dizem é que aquilo já tem lá uma Ponte. Ou seja, a IP não quer saber é do facto de não ter condições esta Ponte Superior para ser utilizada pela maior parte da população que neste momento tem uma realidade diferente do que tinha em 1996. É disso que estão a falar e é isso que o Executivo vai pugnar. A IP vai-se fundamentar em dizer o que disse desde o início. Já lá há uma Ponte. A IP já fez uma Ponte e entregou-a à Câmara, que é isso que a IP fez. O que o Executivo pode fazer, a única coisa que pode fazer é, há o compromisso reiterado do Senhor Vice-Presidente da IP, que o fez, que é o Responsável da obra, a dizer que iria entregar um Projeto, ou uma solução para, quer a parte da Lapa do Lobo, quer a parte da Urgeiriça. Sendo certo que não disse que a IP que ia fazer. Disse que ia pedir aos Engenheiros e aos Projetistas e à gente ligada à IP, uma solução, que não a sua execução, que não a sua execução. E, portanto, é continuarem a fazer o que estão a fazer. Com a Moção é o reiterar também dessa pressão, se assim o podem dizer. Dizer-lhe que o Executivo vai estar, brevemente, também falaram nisso na outra questão, com o Senhor Ministro das Infraestruturas de Portugal, numa

reunião que foi pedida pela CIM, com carater de urgência e que foi dito que seria ainda este mês. Ele, Senhor Presidente, vai ter cuidado agora com os prazos, foi dito que poderia, é melhor ser assim, foi dito que poderia ser este mês, mas pode ser, eventualmente, no próximo mês, quer no convite à CIM. O Senhor Ministro das Infraestruturas de Portugal já esteve na CIM de Coimbra e já esteve nas outras CIM,s na CIM Douro. Ainda não esteve na CIM Viseu Dão Lafões. Mas também foi dito que se não vier o Senhor Ministro cá vai a CIM a Lisboa. E, ou a questão que está em cima da Mesa é o IP 3. É essa, claro, que está em cima da Mesa. Mas o Executivo já pôs na Ordem de Trabalhos, quer a Ferrovia, quer o IC 12. Até porque a Ferrovia, para alguns Concelhos, pode não ser tão relevante, mas é aquilo que eles falaram. Se forem assim, então no IP 3 é importante para nós, lateralmente, mas não nos diz, completamente, respeito a não ser a ligação do IC 12. Mas não pode haver uma desresponsabilização dos outros Municípios, até porque há 4 Municípios que são, diretamente, responsáveis: Santa Comba Dão, Carregal do Sal, Nelas e Mangualde, dos, pelo menos, da CIM. Mas tem uma implicância direta enorme para este território todo e até para o lado de lá do Rio Mondego, como Oliveira do Hospital, como Gouveia, como Seia, como Arganil. E, portanto, tem uma implicância grande e até outros, não sendo da CIM, mas é do Distrito, como Mortágua, que também é atravessado. E, portanto, temos aqui um conjunto de Municípios que têm interesses grandes nesse sentido. E, portanto, sim. A forma como vai acabar agora o aedificandi em junho do próximo ano, que é um constrangimento grande do território, do IC 12 e do IC 37. E vão ver se depois será renovado, ou não, o aedificandi, porque aí também vão ver a real intenção de concluir o IC 12 e de continuar o IC 37, que é outra infraestrutura, para nós, importante. Dirigindo-se á D.ª Elizabete Wire, o Senhor Presidente afirmou que sobre o Movimento em Defesa do Rio Mondego, o Executivo vai ver depois a presença de alguém que lá possa estar. Em relação às valetas também está a decorrer aquela intervenção que também está a ser feita. O Executivo teve, por exemplo, o levantamento de custos no combate aos incêndios. Depois, há prejuízos em muros, em caminhos e isso e que vai ser o Município que vai ter que os assumir. Este é um, deles. Mas, obrigado, na mesma, para este reforçar de necessidade. Em relação à Vespa Asiática, o Executivo tem a contratualização com uma empresa que faz isso. O Executivo está a agilizar isso de forma a ser feito com as EIP,s, com as Equipas de Intervenção Permanente dos Bombeiros para dar uma resposta mais rápida. Há muitos Municípios que também têm esta contratualização com uma empresa. Só que, entre o que é comunicado à empresa e a empresa vir, às vezes, há um delaite e aquilo não se compadece com esses atrasos, digamos assim. Agora, esse caso em concreto, está também a ser acompanhado e há a possibilidade de resolver isso de uma forma mais caseira, digamos assim, com os Serviços da Autarquia porque ali tem a ver, em todos os lados são preocupantes, naquele em particular até porque está pertíssimo de um Estabelecimento de Ensino e de crianças. E, portanto, isso também está a ser agilizado. Em relação à antena de Fonte Alcaide, teve a oportunidade de falar com o Senhor Eng.º João Luís, que está a fazer. O que foi dito ao Executivo é que também iriam reportar isso com alguma celeridade. Ele, Senhor Presidente, também tinha dito à D.ª Elizabete que o Executivo estava à espera e que seria expectável que viesse o Relatório e ainda não veio. Mas, também, de qualquer maneira, também estão a reportar, de alguma forma, para a Providência Cautelar. A Providência Cautelar também estará a jeito, se calhar, para alguma parte mais tardia. Mas há um processo que está a decorrer em Providência Cautelar. Agradeceu à D.ª Elizabete por dar conhecimento ao Executivo, que é bom que o Executivo também tenha conhecimento disso. E, naturalmente que, da parte do Executivo, pronto, já foram feitas todas as diligências e aguarda que haja comunicação, que é para depois a Autarquia estar cá com as pessoas. Sendo certo que também já lhe disse uma coisa que lhe parece clara: As antenas têm que estar em algum lado porque nós também não podemos querer melhor cobertura para os nossos telemóveis e para comunicarmos com as pessoas e depois não termos as antenas. Ele, Senhor Presidente, sabe que não é fácil, que não é um processo fácil, mas em algum local nós temos que as colocar. Agora, o que ele, Senhor Presidente, acha que é importante é haver a questão da segurança e da saúde das pessoas estar acautelada. E também termos, se a nós nos disserem que não há problema, já falaram sobre

isso, não vai ser redundante. Eles têm aqui em Nelas, no coração de Nelas, no edifício que é o que os Senhores conhecem, que está como está. Mas, não quer dizer que por estar mal num lado tem que estar mal nos outros. Mas está a ser acompanhado. É só para lhe dizer que sim, que está a ser acompanhado. Posto isto, agradeceu a presença dos Senhores Municipes. -------

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA

---- O Senhor Presidente da Câmara pediu à Funcionária Dr.ª Ana Isabel Almeida dos Santos, Dirigente Intermédia de 3.º Grau, da Unidade Orgânica de Desenvolvimento Social, Emprego e Saúde, que secretariou a reunião, para proceder à leitura da minuta da ata da presente reunião. ----------

---- Posta à votação a minuta da ata da presente reunião, foi a mesma aprovada por unanimidade. ----------

ENCERRAMENTO

---- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião às dezoito horas, da qual se lavrou a presente ata que foi lida em voz alta por mim, _____, Dirigente Intermédia de 3.º Grau, da Unidade Orgânica de Desenvolvimento Social, Emprego e Saúde, conforme deliberação tomada na reunião ordinária desta Câmara Municipal, realizada em 08 de agosto de 2022, que a redigi, subscrevi e assino, tendo verificado a sua conformidade com a minuta já aprovada e assinada. ----------

O Presidente,

_____

A Dirigente Intermédia de 3.º Grau,

_____